



**INSTRUMENTO CONVOCATORIO/EDITAL
(REGISTRO DE PREÇOS)**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023**

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE JAPONVAR**, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Rua Curitiba nº 112 – Centro - Japonvar - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.476.0001-46, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Welson Gonçalves da Silva, torna público que fará a realização de licitação através da modalidade **Pregão Presencial**, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa para **Registro de Preços**, conforme dispõe o art. 15 da Lei nº 8.666/93 e o art. 11 da Lei nº 10.520/02 e de acordo com os termos estabelecido no Decreto Municipal nº 007/2017 que dispõe sobre registro de preços no âmbito do Município de Japonvar(MG), decreto este que foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13 e, que tem como objeto a futura e eventual **“AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PRODUTOS DE HIGIENE, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E CORRELATOS”** para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, objeto do Processo Licitatório nº 077/2023 – Pregão Presencial nº 022/2023, licitação esta, do tipo **Menor Preço**, por item, tendo como critério de julgamento por **Preço Unitário**, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e alterações, com aplicação do disposto no Decreto Municipal, que dispõe sobre pregão no âmbito do Município, o qual foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Federal nº 3.555/00, **licitação esta destinada a participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte e equiparadas** e, que dar-se-á em observância às prerrogativas da Lei Complementar Municipal, lei esta que foi elaborada em observância ao disposto na Lei 123/06, concedendo tratamento diferenciado e simplificado à microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico no âmbito municipal e regional, nos termos do disposto nos artigos (47 a 49) todos da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, e, de acordo ainda com as avenças descritas no anexo II - minuta da ata de registro de preços, instrumentos estes que fazem parte integrante, no que couber, do presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, em observância ao teor da justificativa, cujos envelopes contendo a “Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação” deverão serem entregues na data, local e horário descrito no item 1 (um).

REQUISITANTES: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade da manutenção da limpeza e higienização dos ambientes das secretarias e departamentos que integram a administração, justifica-se a realização de licitação objetivando a seleção da proposta mais vantajosa objetivando registro de preços, para a futura e eventual aquisição dos respectivos materiais, de forma parcelada diante da necessidade de consumo, conforme detalhado no anexo I - termo de referência, justificando ainda o uso do pregão presencial, tendo em vista que os comerciantes do local, poderão deixar de participar na presente licitação, por falta de conhecimento e estrutura para participar de pregão na forma eletrônica.

SUMÁRIO

- 01 – Local e prazo para entrega dos envelopes
- 02 – Sessão pública
- 03 – Objeto
- 04 – Condições para participação
- 05 – Impugnação ao instrumento convocatório/edital
- 06 – Credenciamento e representação
- 07 – Declarações objeto dos anexos IV e VII
- 08 – Forma de apresentação dos envelopes contendo proposta e documentação habilitação
- 09 – Elaboração da proposta de preço
- 10 – Apresentação da documentação de habilitação
- 11 – Julgamento e adjudicação do objeto



- 12 – Recursos administrativos
- 13 – Parecer jurídico final, homologação, publicação do resultado convocação da licitante
- 14 – Síntese da ata de registro de preços e do contrato administrativo
- 15 – Realinhamento de preços
- 16 - Sanções administrativas
- 17 - Dotação orçamentária
- 18 – Pagamento das despesas efetivamente contraídas
- 19 – Obrigações das partes
- 20 - Rescisão
- 21 – Fiscalização
- 22 – Novação
- 23 – Alteração de quantitativos
- 24 – Revogação e anulação da licitação
- 25 – Casos omissos
- 26 – Disposições finais
- 27 – Publicação dos atos administrativos decorrentes
- 28 – Foro

ANEXOS

- Anexo I - Termo de referência.
- Anexo II - Minuta do Contrato Administrativo.
- Anexo III – Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/ edital e seus anexos
- Anexo IV – Declaração do cumprimento do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, em observância aos ditames do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Anexo V - Declaração de inexistência de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

MODELOS

- 01 - Carta de credenciamento
- 02 – Proposta de preços

1. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES

1.1. LOCAL: **Rua Curitiba, nº 112- Centro – Japonvar (MG) – Departamento de Licitações**

1.2 - DATA: **Até o dia 01/08/2023**

1.3 - HORÁRIO: **Até as 08h00m – horário de Brasília**

2. SESSÃO PÚBLICA

2.1 - LOCAL: **Rua Curitiba, nº 112- Centro – Japonvar – Departamento de Licitações**

2.2 - DATA: **Dia 01/08/2023**

2.3 - HORÁRIO: **às 08h10m – horário de Brasília**

2.4 A sessão de processamento do presente Pregão Presencial será realizada na sala de reunião do Departamento de Licitações, situada no prédio onde funciona sede administrativa do Município, Rua Curitiba nº 112 – Centro - Japonvar (MG), iniciando-se no dia e horário constante do item 2 – sessão pública e, será conduzida pelo Pregoeiro Oficial do Município, Sr. **Rodrigo Pinto dos Reis**, devidamente habilitada e credenciado, através da Portaria nº 003, de 02 de janeiro de 2023, com o auxílio da Equipe de Apoio, todos servidores do Município.



2.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data e horário mencionados no subitem 1.2, a presente licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, razão pela a qual recomenda-se aos interessados em participar da presente licitação que acompanhe com frequência as publicações no site oficial do Município www.japonvar.mg.gov.br.

3. DO OBJETO

3.1 Constitui objeto do presente licitação, na seleção da proposta mais vantajosa objetivando **registro de preços** para a futura e eventual **“aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos e correlatos”** para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado no anexo I - termo de referência, no anexo II – minuta da ata de registro de preços bem como em observância no que couber no anexo III – minuta do contrato administrativo, instrumentos estes que integram e completa o presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de não transcrição.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. O Município de Japonvar editou lei concedendo tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, no âmbito do seu Município, em observância ao disposto na Lei Complementar 123/06 e, dado que esta lei encontra-se publicada na Web, o que facilita ao acesso de todos, razão pela a qual os benefícios serão tratados como sendo os dispostos na lei 123/06, onde a mesma aduz que nas contratações públicas de bens e serviços, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para a Microempresa e Empresa de Pequeno, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico municipal e regional conforme dispõe os artigos (47 a 49), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme dispõe ainda no que couber ao disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 06 de abril de 2015, que define no seu artigo 1º, § 2º, inciso III, como regional a microrregião definida pelo IBGE, razão pela a qual fica definido como regional a área de abrangência definida como sendo a **“microrregião de Montes Claros”**, segundo o IBGE, da qual Japonvar é parte integrante, o que permite a participação na presente licitação de empresas que possuem endereço de suas instalações registrados no contrato social como sendo nos Municípios que integram a **“microrregião de Montes Claros”**, quais sejam os Municípios de: Brasília de Minas, Campo Azul, Capitão Enéias, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Japonvar, Juramento, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Ponto Chique, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, Ubaí, Varzelândia e Verdelândia), vejamos o que descreve os ditames dos supra citados artigos:

4.1.1 o art. 47 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, assim descreve:

*“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte **objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.** (grifo nosso)*

4.1.2 o art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, assim descreve:

“Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.2 Diante das prerrogativas dispostas acima, a Lei Complementar 123/06, aduz em seu artigo 49, inciso II que:



Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta lei complementar quando:

(...)

II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

4.3 Diante disto, o Município de Japonvar, possui em seu cadastro a qualificação de empresas que atende as prerrogativas dos artigos supra citados (47 a 49) onde, em observância ao disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123/06 será permitida a participação na presente licitação somente pessoa jurídica, na qualidade de microempresa, empresa de pequeno porte e ou equiparadas, devidamente instaladas na sede do Município de Japonvar (MG) ou instaladas nos Municípios que integra a microrregião de Montes Claros, conforme definição do IBGE, e desde que tenham habilidade no ramo pertinente a esta licitação, inscrita ou não no Cadastro de Registro Municipal, exercício de 2023, e que manifestem seu interesse até a data e hora especificada no item 01 (um), mediante a apresentação dos envelopes contendo proposta comercial de preços e envelope contendo documentação habilitação, os quais poderão ser protocolados no departamento de licitação ou entregue diretamente ao Pregoeiro no ato do credenciamento.

4.4 Portanto estarão impedidas de participar da presente licitação, microempresas ou empresas de pequeno porte e ou equiparadas, instaladas em Municípios que não fazem parte integrante da Microrregião de Montes Claros, segunda a definição dada pelo IBGE, conforme elencados no subitem 3.1.

4.5 A Lei Federal nº 10.520/02 não traz no seu texto nenhum dispositivo com obrigatoriedade de o proponente licitante ou representante legal estar presente na sessão. Diante disto, uma vez configurada a ausência do signatário da proponente licitante ou representante desta, implica na aceitação tácita de todas as decisões ali tomadas e conseqüentemente a preclusão do direito de interpor recurso, conforme prescreve o inciso XX do art. 4º da lei 10.520/02.

4.6. Não será admitida a participação da presente licitação:

4.6.1 Pessoa jurídica cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores do Município de Japonvar-MG, Pregoeiro ou membro da equipe de apoio, bem como membro efetivo ou substituto da comissão permanente de licitação;

4.6.2. Pessoa jurídica que estejam incurso em regime de falência ou concordata, ou que incida em proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral.

4.6.3. Pessoa jurídica que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.7. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretroatável dos termos e conteúdo deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

5. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este ato convocatório/edital, onde, preferencialmente o instrumento deverá ser protocolado junto ao Departamento de Licitações, localizado na Rua Curitiba nº 112 – Centro – Japonvar/MG, onde optando pelo envio do instrumento de impugnação via e-mail japonvarlicitacao@gmail.com ou mesmo deverá conter assinatura digital e, elaborado na forma da lei, sob pena de recebimento e, não consideração, onde estando regular, caberá ao Pregoeiro Oficial do Município decidir sobre o requerimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e, será objeto de publicação no site oficial do município www.japonvar.mg.gov.br

5.2. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório/edital, será designada nova data para a realização do certame;



5.3 A impugnação feita tempestivamente pelo proponente licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, desde que após a apreciação da impugnação o processo siga seus trâmites normais.

6. CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

6.1 Cada proponente licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos nesse instrumento convocatório/edital, por sua representada;

6.2 O representante da proponente licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro Oficial do Município, no ato da abertura do certame, ou seja, no local, data e horário definido no subitem 1.2 deste instrumento convocatório/edital, documento que o credencie a participar deste certame, conforme segue:

6.2.1 Tratando-se de sócios ou diretores, deverá ser apresentado cópia do instrumento legal, qual seja, estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo apresentar ainda cópia de documento com foto, sob pena de impedimento de realizar o seu credenciamento;

6.2.2 tratando-se de representante, o mesmo deverá apresentar o instrumento de credenciamento, (espelhando no que couber no modelo em anexo), ou procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado de cópia de documento com foto, e acompanhado ainda do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, que comprove os poderes do outorgante, acompanhado de cópia da identidade para confronto de assinatura no instrumento de procuração, sob pena de impedimento de realizar o seu credenciamento.

7. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO CONVOCATORIO/EDITAL E SEUS ANEXOS E DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTO PARA GOZAR DOS BENEFICIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

7.1 Constituindo representante e após o fim da fase de credenciamento, o credenciado entregará ao Pregoeiro Oficial do Município **declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital e seus anexos**, objeto do anexo III, em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520/02, bem como entregará ainda a **declaração de inexistência de impedimento de gozar dos benefícios da lei 123/06**, objeto do anexo VI, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, onde não constituindo representante estas declarações deverão ser anexadas junto com a documentação de habilitação, onde a ausência destas declarações implicará no impedimento de participar na presente licitação.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 O envelope contendo a proposta de preços, preferencialmente deverá ser apresentado na cor palha e deverá indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR
ATT. PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 077/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 022/2023
(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)



8.2 O envelope contendo a documentação habilitação, preferencialmente deverá ser na cor palha e deverá indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR
ATT. PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICIPIO
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: **077/2023**
PREGÃO PRESENCIAL Nº: **022/2023**
(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)

9. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS DE PREÇOS

9.1 A proponente licitante deverá elaborar sua proposta de preços, inserindo o numero do processo e o numero do pregão presencial, em observância no que couber ao disposto no anexo I – termo de referencia e, no que couber espelhando no modelo de proposta, que encontra-se anexo a este edital, descrevendo com detalhe os objetos ofertados, incluindo a marca e, preferencialmente em papel timbrado com a qualificação da proponente licitante, incluindo telefone e e-mail.

9.2 A Proposta de Preços, deverá ser cotada em moeda nacional, elaborada em língua portuguesa, datilografada, devendo constar o preço unitário e, o valor total de cada item, com um número máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, devendo ainda constar da proposta de preço, o valor global descrito em algarismo e por extenso, proposta esta que deverá ser apresentada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e, deverá ser data e devidamente assinada pelo signatário da proponente licitante, sob pena de desclassificação da citada proposta.

9.3. Deverá constar na proposta de preços a data da sua emissão, a expressão de que a mesma tem validade pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua emissão, conforme prescreve o art. 6º da lei 10.520/2002, bem como a expressão de que caso seja declarado vencedor, se compromete a assinar o instrumento contratual, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação formal expedida pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

9.4 Deve constar ainda no dorso da proposta de preços a confirmação de que nos preços estão inclusos todas as despesas diretas e indiretas, tais como custo da mão de obra acrescida dos respectivos encargos sociais e trabalhistas e demais custos que se fizerem necessários, onde a omissão desta confirmação não será objeto de desclassificação da proposta, tendo em vista a emissão e assinatura do signatário da declaração de conhecimento dos ditames do edital e seus anexos, nos termos do anexo IV.

10. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 O instrumento convocatório em epigrafe, faz lei entre as partes, para tanto a proponente licitante, deverá além do disposto no inciso XIII do art. 4º da lei 10.520/02, o disposto nos artigos (28 a 31) da lei 8.666/93 e apresentar os documentos abaixo perquiridos, devidamente regularizados, em sob pena de inabilitação.

10.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A HABILITAÇÃO JURÍDICA – (Art. 28):

10.2.1 Registro Comercial no caso de empresa individual;

10.2.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades pôr ações, acompanhado de documentos de eleição dos membros da Diretoria;

10.2.3 Inscrição do Ato Constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;



10.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A REGULARIDADE FISCAL – (Art. 29):

10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2 Certidão Negativa ou Positiva de Efeito Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, emitida pela Receita Federal do Brasil;

10.2.3 Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de (FGTS);

10.2.4 Certificado de Regularidade (certidão negativa de débitos) para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do Licitante.

10.2.5 Certificado de Regularidade (certidão negativa de débitos) para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante.

10.2.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT).

10.3 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30):

10.3.1 Comprovação de aptidão através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços igual ou semelhante ao da presente licitação.

10.4 DOCUMENTAÇÃO QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA (Art. 31)

10.4.1 Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede ou domicílio da proponente licitante, emitida com data de no máximo 90 (noventa) dias a contar da data da sua emissão.

10.5 DECLARAÇÕES DIVERSAS

10.5.1 **Declaração do conhecimento do ditame do instrumento licitatório e seus anexos**, conforme modelo do Anexo IV, constituindo representante esta declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro Oficial do Município, no ato do credenciamento, não constituindo representante esta declaração deverá ser anexada junto com a proposta de preços, e enfilexada no envelope 01, sob pena de impedimento para participar na licitação.

10.5.2 **Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, conforme modelo do Anexo V; devendo esta declaração ser anexada junto com a documentação de habilitação envelope nº 02 (dois), sob pena de inabilitação.

10.5.3 **Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo para participação em licitação junto a Administração Pública**, conforme anexo VI. Esta declaração deverá ser anexada também junto com a documentação de habilitação e colocada dentro do envelope nº 02 (dois), sob pena de inabilitação.

10.5.4 **Declaração de Inexistência de impedimento para gozar dos benefícios da Lei Complementar nº 123**, conforme anexo VI. Constituindo representante esta declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro Oficial do Município, no ato do credenciamento, não constituindo representante esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfilexada no envelope 02, sob pena de impedimento para participar na licitação.



Observação:

- 1. Com exceção de certidões que permitem serem verificadas sua autenticidade via internet, toda documentação que for apresentada em sistema de cópia xérox a mesma deverá ser autêntica em cartório ou pelo servidor do setor de licitações, onde nesse último caso é necessário apresentar o documento em original acompanhado de cópia xérox, para providências decorrentes por parte do Pregoeiro Oficial do Município.
- 2. A não apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação do proponente licitante.
- 3. É facultada aos proponentes licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos nesse edital, pelo comprovante de registro cadastral (CRC) para participar de licitações junto à Administração Direta do Município de Japonvar/MG, no ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação, o qual deverá ser apresentado acompanhado das certidões relacionados no subitem conexos do subitem 10.2 e a certidão perquirida no subitem conexo do subitem 10.4, bem como as declarações perquirida no subitem 10.5.2 e 10.5.3.

11. PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

11.1. No dia, hora e local designados no instrumento convocatório/edital, será realizada sessão pública para recebimento do envelope n° 01, contendo propostas de preços e o envelope n° 02 contendo a documentação de habilitação, ambos hermeticamente fechados, os quais serão entregues ao Pregoeiro Oficial do Município quando este os requisitar, onde estando presente o interessado (signatário da empresa) ou seu representante legal o mesmo deverá proceder seus respectivo credenciamento, comprovando, possuir os necessários poderes para propositura de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao desfecho do certame;

11.2. Aberta a sessão, após os procedimentos de eventuais credenciamentos, os representantes legais entregarão ao Pregoeiro Oficial do Município, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo no anexo IV), conforme estabelece o inciso VII do art. 4° da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e em seguida entregarão os envelopes 01 contendo proposta preços e os envelopes 02, contendo as documentações de habilitação, sob pena de inabilitação se constatada a falta deste instrumento.

11.3 O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes “01” contendo as propostas comerciais, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no instrumento convocatório/edital, e classificará as propostas dos licitantes de menor preço unitário e, aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço unitário, conforme detalhado no anexo I – termo de referência;

11.4 Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que os representantes das licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas;

11.5 No curso da seção, o autor da oferta de menor valor unitário, e os das ofertas com preços conforme estabelecido nos critérios do item 11.3 e em observância ao detalhado no subitem 11.4, as proponentes licitantes serão convocadas pelo Pregoeiro Oficial do Município, para os procedimentos de propositura de lances;

11.6 Uma vez concluída a fase de ordenação das propostas dar-se-á início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas que deverão ofertar lances de forma sucessiva, em valores unitários distintos e decrescentes, onde a oferta de lances, nos termos da Lei 10.520/02 e normas reguladoras, conforme detalhado no anexo I – termo de referência, até o encerramento do julgamento deste, conforme estabelece dos ditames legais da Lei Federal n° 10.520/02.

11.7 A desistência do representante da proponente licitante em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro Oficial do Município, implicará no impedimento de gozar do direito de vir a ofertar novo lance, porem será



assegurada a este a manutenção do último preço por ele ofertado no ato da desistência da propositura de novo lance, para efeito de ordenação das propostas.

11.8 Não poderá haver desistência da manutenção de valores objeto de lances já ofertados, sujeitando-se a empresa proponente licitante, desistente, às penalidades previstas nesse instrumento convocatório/edital, conforme estabelece os ditames legais.

11.9 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor unitário estimado para a aquisição do objeto, conforme estabelecido no quadro do anexo I – termo de referência;

11.10 Uma vez concluída a fase de propositura de lance verbais para o objeto desta licitação, conforme detalhado no anexo I – termo de referência e diante de análise documental e se constado que todos licitantes foram inabilitados nesta fase, o licitante desistente de ofertar novos lances, gozará do direito de ver avaliação da documentação por este apresentado, porem antes da abertura do envelope contendo a documentação, faculta-se o Pregoeiro Oficial as prerrogativas de negociar com este a viabilidade de redução do valor unitário até o menor valor conhecido e que foi objeto de definição do licitante vencedor na fase de lance, e caso não seja logrado êxito pelo Pregoeiro Oficial do Município, dada a resistência do representante da proponente licitante, a adjudicação do objeto só será efetivada se constatado que o valor ofertado está dentro dos valores praticados no mercado, conforme previsto no termo de referência e que foi objeto de ordenação da despesa pela Autoridade Máxima Municipal.

11.11 Na ocorrência da não concordância na redução dos valores conforme prescrito no subitem 11.10, faculta-se ainda ao Pregoeiro Oficial do Município em busca de economicidade ao Erário, as prerrogativas de encerrar o certame, objeto de julgamento fracassada a licitação, e declinar pela abertura de novo processo licitatório, circunstanciando tudo em ata.

11.12. Não poderá haver desistência da manutenção de valores objeto de lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas nesse instrumento convocatório/edital, em conformidade com os ditames legais.

11.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro Oficial do Município, implicará no impedimento do representante da proponente licitante da etapa de lances verbais no item em julgamento porem será assegurada a este a manutenção do último preço por ele ofertado no ato da desistência de novo lance para efeito de ordenação das propostas, porém não implicará na exclusão do certame dado o julgamento dos demais itens.

11.13.1. uma vez concluída a finalização da propositura de lance para o fornecimento de todos os itens previstos no anexo I – termo de referência, e diante de análise documental e se constado que todos licitantes foram inabilitados nesta fase o licitante desistente de ofertar novos lances, gozará do direito de ver avaliação da documentação por este apresentado, porem antes da abertura do envelope contendo a documentação, faculta-se ao Pregoeiro Oficial as prerrogativas de negociar com este a viabilidade de redução do valor conhecido e que foi objeto de definição do licitante vencedor na fase de lance;

11.13.2. na ocorrência da não concordância na redução dos valores conforme prescrito no subitem 11.13.1, faculta-se ainda ao Pregoeiro em busca de economicidade ao Erário, as prerrogativas de encerrar o certame objeto de julgamento fracassada a licitação, e declinar pela abertura de novo processo licitatório.

11.14. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário proposto pela proponente licitante e confrontado o valor com o proposto pelo Município para a futura contratação, facultando ao Pregoeiro Oficial em busca de economicidade ao Erário, a prerrogativa de negociar diretamente com o representante da proponente licitante para que seja obtido preço melhor, circunstanciando tudo em ata.

11.15. O encerramento da etapa de propositura de novos lances dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro Oficial, os representantes das proponentes licitantes, manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, circunstanciando tudo em ata.



11.16. No caso de equivalência de valores registrado na proposta apresentados pelos preponentes licitantes será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresenta melhor oferta de lances.

11.17. Uma vez encerrada a etapa competitiva de proposita de lances o Pregoeiro Oficial do Município, verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com o valor unitário, consignados no termo de referência que identifica o valor máximo que o Município poderá contratar pagar pela futura contratação dos serviços objeto desta licitação, desde que a proposta tenha sido formulada em conformidade com as especificações do presente instrumento convocatório/edital, decidindo, motivadamente a respeito.

11.18. Será declarada vencedora na fase de propositura de lances, pelo Pregoeiro Oficial do Município, a proponente licitante que ao final da propositura de lances verbais, ofertar o menor preço unitário do item em julgamento, observado qual seja a previsibilidade descrita no subitem 11.17.

11.19. O Pregoeiro Oficial do Município, no uso de suas atribuições prescritas nas legislações pertinentes poderá desclassificar a Proponente Licitante que:

11.19.1. Apresentar proposta de preços que não atender às exigências deste edital.

11.19.2. Apresentar proposta de preço do respectivo item em julgamento, com valor excessivo ou manifestamente inexequível.

11.19.3. Não serão motivos de desclassificação simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta, que não causem prejuízo à administração ou lesem direitos dos demais licitantes, devidamente reconhecidos pelo Pregoeiro Oficial do Município.

11.20. Da sessão pública da presente licitação será lavrada na ata de registro de ocorrência, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e das intenções de interposição de recursos.

11.21. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro Oficial do Município.

11.22. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

11.23 Sendo aceitável a proposta de menor preço unitário, para a aquisição, objeto da presente licitação, o Pregoeiro Oficial do Município certificará aos presentes, o nome da proponente licitante vencedora da fase de lances, circunstanciando tudo em ata e certificará que será dado o início da abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da proponente licitante que ofertara o menor preço.

11.24. As proponentes licitantes deverão apresentar toda a documentação preferencialmente no original e quando não houver possibilidade as cópias deverão ser legíveis, preferencialmente autenticadas em cartório competente e na falta desta condição, a autenticação poderá ser feita pelo Pregoeiro Oficial do Município no ato da abertura do certame e nesse último caso a proponente licitante deverá apresentar documentação original acompanhada de cópia xérox legível, sob pena de não aceitação.

11.25. Todos os documentos deverão ter vigência mínima a data da realização da abertura dos envelopes, conforme previsto no item 01 (um) deste instrumento; onde inexistindo a vigência de prazo, em algum documento, reputar-se-ão válidos por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

11.26 Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas nesse instrumento convocatório/edital, será inabilitado, e o Pregoeiro Oficial do Município examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao instrumento convocatório/edital, para declarar o licitante vencedor.



11.27. Uma vez constatado que a proponente licitante que ofertara menor preço apresentou toda a documentação perquirida no instrumento convocatório, com regularidade esta será declarada vencedora do certame sendo adjudicado pelo Pregoeiro Oficial do Município o item correspondente que será objeto da futura contratação.

11.28. A Proponente Licitante declarada vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o encerramento do certame nova proposta detalhando os novos preços adjudicados pós término da fase da proposição de lances.

11.29. É facultado ao Pregoeiro Oficial do Município com o auxílio da equipe de apoio, o direito de promover quaisquer diligências, ou solicitar esclarecimentos necessários à instrução do presente processo licitatório, vedado a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta, conforme prescreve o art. 43 § 3º da Lei Federal nº: 8.666/93.

11.30. Encerrada a sessão de julgamento do certame e antes da finalização da ata o Pregoeiro Oficial do Município, certificará aos presentes que aquele é o momento findo para manifestar interesse na interposição de recurso, sob pena de decair do direito, devendo o interessado apresentar os memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil da data do julgamento do certame.

12 RECURSOS ADMINISTRATIVOS E PARCER JURIDICO FINAL

12.1. Desde que registrado em ata a intenção de interpor recurso, o representante de Proponente Licitantes interessada na interposição de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil da data do julgamento do certame, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, qual seja 03 (três) dias úteis, que começarão a correr no primeiro dia útil do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, devidamente registrada em ata importará a decadência do direito de recurso, conforme prescreve o inciso XX do art. 4º da Lei 10.520/02.

12.3 As razões recusas e as contrarrazões, deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal de Japonvar/MG, em atenção do Pregoeiro Oficial do Município, o qual reavaliará sua decisão à luz do direito, perquirindo o princípio da legalidade, decidindo motivadamente a respeito, dentro do prazo legal.

12.4 Preferencialmente os instrumentos deverão ser protocolados, junto ao Departamento de Licitações – Rua Curitiba nº 112 – Centro – Japonvar/MG, onde optando pelo envio através do e-mail japonvarlicitacao@gmail.com ou instrumento deverá constar assinatura digital do signatário, sob pena do recebimento e não reconhecimento do instrumento.

12.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Decididos os recursos, o Pregoeiro Oficial do Município remeterá os autos à Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos do Município, para o devido parecer jurídico inerente a questão, e após o feito os autos serão encaminhados à Autoridade Máxima Municipal para fins exarcação do Despacho de Adjudicação conforme prescreve o inciso XXI do art. 4º da Lei 10.520/02.

13 PARECER JURIDICO FINAL, HOMOLOGAÇÃO, PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO DESFECHO DA LICITAÇÃO, CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA PARA ASSINAR O INSTRUMENTO

13.1. Pautando pela homologação dos atos do Pregoeiro Oficial do Município, o processo será encaminhado à Assessoria e Consultoria Jurídica do Município, objetivando a emissão do parecer jurídico final e, após o feito, o resultado do julgamento será submetido à Autoridade Máxima Municipal, para o devido Despacho de homologação conforme prescreve o art. 4º inciso XXII da Lei Federal nº 10.520/02.

13.2 Na ocorrência do desfecho de eventual recurso dar-se-á a adjudicação do objeto pela Autoridade Máxima Municipal e após dar-se-á a homologação e em seguida dar-se-á a publicação do resultado do certame licitatório.



13.3 a proponente licitante vencedora será convidada, formalmente, a retirar o instrumento contratual e a restituí-lo devidamente assinado pelo representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito o prazo de 05 (cinco) dias úteis;

13.3 É facultado a Administração, quando convocada a licitante vencedora e, esta não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, convocar a proponente licitante remanescentes, na ordem de classificação, não se aplicando a estes as sanções previstas nesse instrumento convocatório/edital e no anexo II Minuta do contrato administrativo.

14. SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO ADMINISTRATIVO

14.1 Conforme estabelece art. 62 § 1º da Lei 8.666/93, a minuta da ata de registro de preços e do contrato administrativo faz parte integrante do instrumento convocatório/edital, facultando a Administração na sua celebração em observância ao descrito no caput do artigo em referência.

14.2 A ata de registro de preços e o contrato administrativo poderá ser substituído por (nota de empenho acompanhada da respectiva) a critério exclusivo da Administração, independentemente de seu valor, nos casos de requisição com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras tais como garantia e ou assistência técnica, conforme estabelece o art. 62 § 4º da Lei 8.666/93.

15. REALINHAMENTO DE PREÇOS

15.1 Uma vez apresentada a proposta de preços, veda-se a sua desistência, bem como veda-se ainda as prerrogativas de pedidos de realinhamento de preços.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A licitante vencedora do certame que for convocada formalmente dentro do prazo de validade da sua proposta e, que se recusar injustificadamente a retirar o “contrato administrativo”, instrumento este que é parte integrante do instrumento convocatório/edital e, a devolvê-lo devidamente assinado no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio ao contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Japonvar/MG e será descredenciada no sistema de cadastramento de fornecedores, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global registrado no contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na minuta de contrato administrativo, em anexo, e das demais cominações legais.

16.2. Uma vez assinada o contrato administrativo e, na hipótese de descumprimento por parte da Contratada das suas obrigações, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicado, segundo a gravidade da falta cometida, as sanções estabelecidas ainda na minuta de contrato administrativo que é parte integrante deste instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, tudo isto em conformidade com a Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

16.3 A Contratada, pela inexecução total ou parcial do ajuste pactuado no “Contrato Administrativo”, sujeitar-se-á ainda as seguintes sanções, sem prejuízo das demais estabelecidas pela Lei Federal nº: 8.666/93 e suas alterações, de:

16.3.1 Advertência;

16.3.2 Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme estabelece o art. 7º da lei 10.520/02;

16.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;



16.3.4 Multa de 10% (dez por cento) aplicado sobre o valor global registrado no contrato administrativo, por irregularidade formal, e que eventualmente cause prejuízo ao erário.

16.3.5 No caso de reincidência será aplicada multa de 20% (vinte por cento) o valor global do contrato administrativo, sem prejuízo do seu cancelamento, quando for o caso, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Autoridade Máxima Municipal.

17 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 A dotação orçamentária para atendimento às despesas decorrentes será a seguinte:

03.01.01.04.122.0002.2019 – 3.3.90.30.00 Ficha: 116
04.01.01.12.122.0002.2038 – 3.3.90.30.00 Ficha: 264
04.01.02.12.361.0020.2044 – 3.3.90.30.00 Ficha: 320
06.02.01.10.301.0014.2066 – 3.3.90.30.00 Ficha: 778
06.02.02.10.304.0016.2072 - 3.3.90.30.00 Ficha: 829
07.02.02.08.244.0009.2099 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1178
07.02.01.08.122.0008.2087 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1018
08.01.01.15.452.0029.2114 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1339
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1515
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1567

17.2 A dotação orçamentária identificada acima, destina apenas para alimentação do sistema do SICOM e para o Exercício futuro será informada a nova rubrica orçamentária através de apostilamento em conformidade com os ditames do §º do art. 65 da Lei 8.666/93.

17.3 Conforme estabelece o art. Art. 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, desobriga quanto a sua identificação, senão vejamos:

Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da [Lei nº 8.666, de 1993](#), ou na modalidade de pregão, nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

(.....)

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

18. DO PAGAMENTO DAS DESPESAS EFETIVAMENTE CONTRAÍDAS

18.1 O pagamento das despesas efetivamente contraídas, serão pagas pela Tesouraria do Município, através TED em nome da Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento emitida por servidor do departamento de compras do Município.

18.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, na ocorrência de atraso no pagamento, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100)$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

19 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1 Da administração

19.1.1 As obrigações da Administração encontram descritas no anexo I – termo de referência, ratificadas no anexo II – minuta do contrato administrativo, instrumentos estes que fazem parte integrante do presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, independentemente da não transcrição.

19.2 Da Contratada

19.2.1 As obrigações da Contratada encontram também descritas no anexo I – termo de referência, ratificadas no anexo II – minuta do contrato administrativo, instrumentos estes que fazem parte integrante do presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, independentemente da não transcrição

20. RESCISÃO

20.1. O instrumento contratual a ser firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

20.2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, ao Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

21. FISCALIZAÇÃO

21.1. A fiscalização por parte da Administração através servidor constituído para acompanhar a execução do contrato administrativo, não reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

22. NOVAÇÃO

22.1. Toda e qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento das avenças do futuro contrato administrativo, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesmo ser exigida a qualquer tempo.

23. ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

23.1. Faculta a administração no direito de aumentar ou suprimir os quantitativos dos objetos o que refletirá nos preços avançados, obedecido o percentual descrito no art. 65 § 1º da Lei 8.666/.

24. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

24.1. A Autoridade Máxima Municipal, observadas razões de conveniência e oportunidade devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade mediante despacho fundamentado.

24.2. A anulação do procedimento convocatório/edital vincula à do instrumento contratual.

25. CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, e



demais cominações legais, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento convocatório/edital e ao anexo II – minuta do contrato administrativo, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão das proponentes licitantes às condições deste instrumento convocatório/edital e seus anexos.

26.2. A proponente licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.3. Reserva-se ao Pregoeiro Oficial do Município, o direito de solicitar durante o julgamento do certame informações complementares.

26.4. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

26.4.1. Adiada a data da abertura desta licitação.

26.4.2. Alterada as condições do presente edital com fixação de novo prazo para a sua realização.

26.5. Não se permitirá a qualquer das proponentes licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.

26.6. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27. PÚBLICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

27.1. Com exceção do extrato do contrato administrativo que será publicado no Diário de Imprensa Oficial do Estado e quadro de aviso localizado no hall de entrada do prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de Japonvar-MG, demais atos administrativos, dentre eles (cópia da ata, termo de adjudicação, termo de homologação e resultado do processo), serão publicados somente no quadro de aviso da Prefeitura conforme prescreve a lei municipal que cuida da matéria, bem como será veiculado no site oficial do Município www.japonvar.mg.gov.br.

28. FORO

28.1 Fica eleito o foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, para dirimir qualquer dúvida ou conflito acerca do presente instrumento convocatório/edital, sob renúncia de qualquer outra por melhor condições a que venha oferecer.

28.2 Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a este Instrumento deverão ser solicitadas via e-mail e as respostas serão dadas pelo departamento de licitação através e-mail japonvarlicitacao@gmail.com com publicação para conhecimento de todos no site oficial do Município www.japonvar.mg.gov.br.

Japonvar (MG), 19 de julho de 2023.

Welson Gonçalves da Silva
Prefeito Municipal



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade da manutenção da limpeza e higienização dos ambientes das secretarias e departamentos que integram a administração, justifica-se a realização de licitação objetivando a seleção da proposta mais vantajosa objetivando registro de preços, para a futura e eventual aquisição dos respectivos materiais, de forma parcelada diante da necessidade de consumo, conforme detalhado no anexo I - termo de referência, justificando ainda o uso do pregão presencial, tendo em vista que os comerciantes do local, poderão deixar de participar na presente licitação, por falta de conhecimento e estrutura para participar de pregão na forma eletrônica.

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene e correlatos” para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado nesse termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

1 – DA DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

1.1 A empresa vencedora deverá fornecer os itens conforme descrito na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ÁCIDO MURIÁTICO, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO CLORÍDRICO EM MEIO AQUOSO (HCl +H2O), PRINCÍPIO ATIVO; 9,5%. 1 LTR (CAIXA COM 12UN)	CX	20		
2	ÁGUA SANITÁRIA (COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO, CLORETO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO E ÁGUA. TEOR DE CLOROATIVO: 2,0% A 2,5%),(CX. C/ 12 UN X 01 LT)	CX	200		
3	AGUA SANITARIA COM CLORO ATIVO, ALVENTE E DESINFETANTE DE USO GRAL, GALÃO DE 5 LITROS, (TIPO: CLASSIC; YPÊ; SANTA CLARA OU SIMILAR).	GL	300		
4	ÁLCOOL 70% - ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO 70% (70°GL), APRESENTAÇÃO LÍQUIDO. EMBALAGEM LASTICA ORIGINAL DO FABRICANTE LACRADA COM 1000 ML, REGISTRO NO MS, COM RESPONSÁVEL TÉCNICO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, INDICAÇÕES E PRECAUÇÕES DE USO, COMPOSIÇÃO E INFORMAÇÕES ESTAMPADOS NO RÓTULO DO PRODUTO. CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	130		
5	ÁLCOOL EM GEL 70° INPM EMBALAGEM DE 420G POSSUI EM SUA CONSTITUIÇÃO 3 TIPOS DE HIDRATANTES UTILIZA ÁLCOOL NEUTRO, BIDEUTILADO, ISENTO DE CONTAMINANTES PRODUTO BIODEGRADÁVEL, PRODUTO ESPECIALMENTE ELABORADO COMO COMPLEMENTO NA HIGIENIZAÇÃO DE MÃOS, GEL A BASE DE ÁLCOOIS QUE EVAPORAM SEM DEIXAR ODORES RESIDUAIS, E COM LARGO ESPECTRO DE AÇÃO IDEAL PARA SER USADO EM ESCRITÓRIOS, HOSPITAIS ETC. DISPENSER COM PUMP;	UND	200		
6	ÁLCOOL EM GEL 70° INPM MULTIUSO (EMBALAGEM DE 500 ML) INDICADO PARA LIMPEZA GERAL, PARA PROPORCIONAR UMA EFICIENTE PROTEÇÃO DO GEL;	UND	100		
7	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO - PARA USO DOMÉSTICO - 46°INPM, COM REGISTRO DO RESPONSÁVEL QUÍMICO, REGISTRO NO INMETRO, COM DATA DE ENVASAMENTO, Nº DE LOTE E VALIDADENA EMBALAGEM, COM TAMPA DE ROSCA PARA FACILITAR MANUSEIO, COM SAC DA EMPRESA. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LITRO.	CX	50		
8	ALVEJANTE COM CLORO ATIVO, PARA REMOÇÃO DE MANCHAS DIFÍCEIS E NÃO DANIFICA TECIDOS E CORES, EMBALAGEM DE 1 LITRO:	UND	20		
9	AMACIANTE DE ROUPAS (COMPOSIÇÃO: CLORETO DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO, SULFATANTE CATILÔNICO, COADJUVANTE, ESSÊNCIA, PIGMENTO E ÁGUA; DENSIDADE A (25°C): 0,999 G/ CM, PH A (25°C); 5,0; ASPECTO FÍSICO; LÍQUIDO VISCOSO; COR; AZUL) GALÃO COM CAPACIDADE DE 02 LITROS;	UND	100		
10	AVENTAL GRANDE DE NAPA (APROXIMADAMENTE 1.30CM X 0,60CM).	UND	60		
11	BACIA - MATERIAL: PLÁSTICO; TAMANHO GRANDE; CAPACIDADE 34 LITROS; COR: AZUL OU VERDE.	UND	50		
12	BALDE DE PLÁSTICO PRETO COM CAPACIDADE DE 12 LITROS, MATERIAL POLIPROPILENO, COM ALÇA RESISTENTE, RESISTÊNCIA PROPORCIONAL AO	UND	80		



	VOLUME, FORMATO CÔNICO, BORDAS REFORÇADAS, COR:AZUL, CINZA, PRETA OU VERDE"				
13	BANDEIJA DE ISOPOR BRANCA B01 RASA 15X15X1,8CM PACOTE COM 400 UNIDADES	PCT	20		
14	BANHEIRA PLÁSTICA BANHO BANHEIRA COM FORMATO ERGONÔMETRO PARA O POSICIONAMENTO DO BEBÊ, SUPORTE PARA SABONETES, SHAMPOOS E ESPONJA, TAMANHO IDEAL PARA CRIANÇAS MAIORES, COM CAPACIDADE 35 LITROS. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO ATÓXICO. TAMANHO: GG CAPACIDADE: 35LDIMENSÕES: 750 X 510 X 240MM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA) CORES VARIADAS	UND	20		
15	BORRIFADOR PULVERIZADOR SPRAY, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 500ML. SISTEMA DE ACIONAMENTO PULVERIZADOR GATILHO. PARA OS MAIS VARIADOS FINS. USO PROFISSIONAL OU DOMÉSTICO; IDENTIFICAÇÃO NO RÓTULO DO CONTEÚDO DO FRASCO, LOTE E DATA DE VALIDADE. TAMANHO: 23CM DE ALTURA	UND	100		
16	BOTA DE BORRACHA BRANCA PVC LIMPEZA, CANO MÉDIO, TAMANHO VARIADOS.	PAR	80		
17	CAIXA ORGANIZADORA 20 L - CAIXA PLÁSTICA TRANSPARENTE PARA ORGANIZAÇÃO COM TAMPAS E TRAVAS. COMPOSIÇÃO/ MATERIAL PLÁSTICO TRANSLUCIDO. MEDIDAS APROXIMADAS: 40X26X32CM. CAPACIDADE 20 LITROS:	UND	100		
18	CAIXA ORGANIZADORA CAIXA PLÁSTICA, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COM TAMPAS E TRAVAS 60 LITROS ALTURA: 35, LARGURA: 39, PROFUNDIDADE: 38,50 PRODUTO É VENDIDO: UNIDADECAPACIDADE: 60 LITROS PESO: 2000 GRAMAS	UND	60		
19	CERA LÍQUIDA ANTIDERRAPANTE: CERA POLIETILANICA, POLÍMERO ACRÍLICO, RESINA FUMARICA, EMULSIFICANTE, ALCANIZANTE, PLASTIFICANTE, COADJUVANTE, PERFUME, ÁGUA, 850 ML CADA, NAS CORES INCOLOR E VERDE.	UND	80		
20	CESTO PLÁSTICO, COM TAMPAS TIPO BALDE, CAPACIDADE 35 LITROS, CORES: PRETO, AMARELO, LARANJA, BRANCO, VERDE, AZUL, CINZA, VERMELHO, BEJE MARRON. MEDIDAS: 37 CM (DIÂMETRO) X 46 CM (ALTURA)	UND	10		
21	CESTO PLÁSTICO, COM TAMPAS TIPO BALDE, CAPACIDADE MINIMA 30 LITROS, CORES: PRETO, AMARELO, LARANJA, BRANCO, VERDE, AZUL, CINZA, VERMELHO, BEJE MARRON. MEDIDAS: 37 CM (DIÂMETRO) X 46 CM (ALTURA).	UND	10		
22	CLAREADOR DE PISOS, AZULEJOS E CERAMICAS, LIMPA ODORES EMBALAGEM DE 01 LITRO.	UND	280		
23	COADOR DE CAFÉ, EM TECIDO COM ALÇA DE MADEIRA, TAMANHO MEDIO.	UND	30		
24	COLHER DE PLÁSTICO REFEIÇÃO DESCARTÁVEL CRISTAL REFORÇADA MEDIDAS 16,5CM CAIXA COM 1000 UNIDADES.	CX	50		
25	CONDICIONADOR INFANTIL HIDRATANTE HIPOALERGÍNICO QUE PROPORCIONAM UMA LIMPEZA PROFUNDA E EFICAZ, ALÉM DE CONDICIONAR E AJUDAR A DESEMBARAÇAR OS FIOS TODOS OS TIPOS DE CABELO E TESTADO DERMATOLOGICAMENTE E INDICADA POR PEDIATRAS. 5 LITROS:	UND	100		
26	CONDICIONADOR SUAVE, USO INFANTIL (KIDS) EM BALAGEM DE 02 LITROS DE BOA QUALIDADE.	UND	100		
27	COPO DE ISOPOR TERMICO BRANCO SEM TAMPAS, PARA BEBIDAS FRIAS E QUENTES, PRODUTO NÃO TOXICO, MEDIDAS: 6,5CM DE ALTURA 6,5CM DE DIÂMETRO. C/ 25 UNIDADES.	PCT	100		
28	COPOS DESCARTÁVEIS COM CAPACIDADE DE 100 ML, POLIESTIRENO, ATÓXICO, COM SELO ABNT (PCT C/ 100 UN X 100ML)	PCT	100		
29	COPOS DESCARTÁVEIS COM CAPACIDADE DE 200ML, POLIESTIRENO, ATÓXICO, COM SELO ABNT (CAIXA COM 25 PCT C/100UN X 200ML):	CX	150		
30	COPOS DESCARTÁVEIS DE 50ML, POLIESTIRENO, ATOXICO, COM SELO ABNT (CAIXA COM 50PCT C/100 UN X 50ML):	CX	50		
31	CUMBUCAS ISOPOR Nº 05- 500ML COM TAMPAS COR BRANCA ALTURA: 6,7 CM DIÂMETRO: 14 CM. C/ 10 UNIDADES:	PCT	100		
32	DESINFETANTE SUPER CONCENTRADO PARA DESINFECÇÃO E AROMATIZAÇÃO DE AMBIENTES. ISENTO DE PARTÍCULAS INSOLÚVEIS OU MATERIAIS PRECITADOS. CONTENDO EXTERNAMENTE PRAZO DE VALIDADE, NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, FABRICANTE, REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, QUANTIDADE, MODO DE USAR, COMPOSIÇÃO QUÍMICA, FORMA DE CONSERVAÇÃO E ARMAZENAMENTO; ADVERTÊNCIA PARA NÃO REUTILIZAÇÃO DA EMBALAGEM, PRECAUÇÕES, CLASSE TOXICOLÓGICA (SE HOVER), CONDUTA EM CASO DE ACIDENTES. EMBALAGEM CONTENDO 2 LITROS, NOS PERFUMES EUCALIPTO, JASMIM, LIMÃO, LAVANDA, PINHO E TALCO.	UND	80		
33	DESINFETANTE. (COMPOSIÇÃO: ATIVO, COADJUVANTES, EMULSÃO DE SILICONE, DILUENTE, CONSERVANTE (5-CLORO-2METIL ISOTIAZOLIN-3-ONA E 2-METIL- 4 ISOTIAZOLIN -3-ONA), PERFUME PIGMENTO E ÁGUA). EMBALAGENS DE 05 LITROS.	UND	300		



34	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, TUBO AEROSSOL DE 400 ML, LAVANDA. DESCRIÇÃO NO RÓTULO: NOME DO FABRICANTE, ENDEREÇO COMPLETO, TÉCNICO RESPONSÁVEL, INSTRUÇÕES DE USO, TELEFONE SAC REGISTRO NA ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE;	UND	50		
35	DETERGENTE LÍQUIDO, NEUTRO, TRANSPARENTE, TRANSLÚCIDO; COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE E TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL; TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE; FRASCO COM 500 ML, DENSIDADE MÍNIMA DE 490G/500ML. DEVE CONSTAR NO RÓTULO: Nº DO REGISTRO NA ANVISA/MS, CNPJ DA EMPRESA, CRQ DO QUÍMICO RESPONSÁVEL, VALIDADE, ENDEREÇO E TELEFONE PARA CONTATO. DATA DE FABRICAÇÃO E LOTE IMPRESSOS NO FRASCO. VALIDADE MÍNIMA DE 23 MESES. MARCAS DE REFERÊNCIA: YPÊ, LIMPOL, MINUANO OU SIMILAR. (CAIXA C/ 24 UNIDADES)	CX	300		
36	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO, DE PLÁSTICO, CERDAS DE NYLON, COM SUPORTE.	UND	50		
37	ESFREGÃO COM ESPUMA E COM CABO PARA LAVAGEM DE AUTOMÓVEIS - MUITO INDICADO PARA LAVAR VEÍCULOS, PARABRISAS, VITRINES, TANQUES, CONTAINERS, ETC. FEITO EM MATERIAIS DE QUALIDADE. DIMENSÕES: 30 X 9 X 6 CM CERDAS DE PET Ø 0,20 MM PLUMADAS ESPUMA PARA RETER SHAMPOO.	UND	80		
38	ESPONJA DE LÃ DE AÇO (FD C/ 14 PCT X 8 UN DE 60 GR) (COMPOSIÇÃO: AÇO CARBONO) EM FORMATO ANATÔMICO PARA LIMPEZA DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS;	FRD	100		
39	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE VERDE E AMARELA. ABRASIVA. MULTIUSO (COMP: FIBRAS SINTÉTICAS IMPREGNADAS E ESPUMA DE POLIURETANO) (100MM X 70MM X 20MM) FARDO CONTENDO 10UNIDADES.	FRD	80		
40	FLANELA PARA LIMPEZA 100% ALGODÃO (TAMANHO: 38CM X 58CM).	UND	500		
41	FRALDA DESCARTÁVEL PARA USO INFANTIL COM BARREIRAS LATERAIS ANTI VAZAMENTO. TAMANHO EXTRA G (PACOTÃO C/ 70 UNIDADES).	PCT	200		
42	FRALDA DESCARTÁVEL PARA USO INFANTIL COM BARREIRAS LATERAIS ANTI VAZAMENTO. TAMANHO M (PACOTÃO C/ 80 UNIDADES)	PCT	200		
43	FRALDA DESCARTÁVEL PARA USO INFANTIL COM BARREIRAS LATERAIS ANTI VAZAMENTO. TAMANHO P (PACOTÃO C/ 90 UNIDADES).	PCT	200		
44	FRALDA DESCARTAVEL TAMANHO XX G FRALDA DESCARTÁVEL, TIPO FORMATO ANATÔMICO, PESO USUÁRIO, 12KG A 25KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVE L, TIPO ADESIVO FIXAÇÃO FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS	PCT	400		
45	GARRAFA TÉRMICA DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE DE 5 LITROS, FORMATO CILÍNDRICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA ROSQUEÁVEL E COM ALÇA REFORÇADA.	UND	20		
46	GARRAFA TÉRMICA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 LITROS, COM ALÇA, REFORÇADA. BICO ANTI GOTAS, LIVRE DE BPA, EFICIENCIA TÉRMICA: 12H E 8H QUENTE, MATERIAIS:AMPOLA DE VIDRO, AÇO INOX E PROLIPROPILENO.	UND	10		
47	GARRAFA TÉRMICA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,8 LITROS, COM ALÇA, REFORÇADA. BICO ANTI GOTAS, LIVRE DE BPA, EFICIENCIA TÉRMICA: 12H E 8H QUENTE, MATERIAIS:AMPOLA DE VIDRO, AÇO INOX E PROLIPROPILENO.	UND	10		
48	GUARDANAPO, BRANCO, FOLHA SIMPLES, 20CM X 22 CM (PCT C/ 50 UNID):	PCT	20		
49	ISQUEIRO PORTÁTIL – PARA USO DOMÉSTICO, TAMANHO GRANDE.	UND	40		
50	LENÇOS UMEDECIDOS LENÇOS UMEDECIDOS PACOTE 120 UNIDADES LENÇOS UMEDECIDOS MACIOS, SEM ADIÇÃO DE ÁLCOOL, SEM CORANTES, HIPOALERGÊNICO, TESTADO DERMATOLÓGICAMENTE	UND	400		
51	LIMPA ALUMÍNIO LÍQUIDO (EMBALAGEM CONTENDO 500ML)	UND	60		
52	LIMPA VIDRO LÍQUIDO SPRAY COM GATILHO, EMBALAGEM COM 450 ML. DESCRIÇÃO NO RÓTULO: NOME DO FABRICANTE, ENDEREÇO COMPLETO, TÉCNICO RESPONSÁVEL, INSTRUÇÕES DE USO, TELEFONE SAC, REGISTRO NA AVISA/MINISTÉRIO DE SAÚDE.	UND	150		
53	LIMPADOR DE USO GERAL (MULTIUSO) EMBALAGEM CONTENDO 500ML, CAIXA COM 24 UNIDADES (TIPO VEJA, UAU, LIMPOL OU SIMILAR)	CX	50		
54	LIMPADOR EM GEL 5 LITROS. LIMPA, DESINFETA, PERFUMA E DÁ BRILHO. AÇÃO BACTERICIDA, CONCENTRADO (TIPO: AZULIM OU SIMILAR). FLORAL, ERVA DOCE E LAVANDA;	UND	80		
55	LIXEIRA COM PEDAL. MATERIAL: PLÁSTICO; CAPACIDADE 10 LTS; TIPO: COM TAMPA E PEDAL	UND	40		
56	LIXEIRA DE PROPILENO, COM TAMPA, CAPACIDADE DE 100 LITROS, EM PLÁSTICO NÃO RECICLÁVEL.	UND	10		
57	LIXEIRA PARA LIXO HOSPITALAR DE 16 LITROS, COR BRANCA, COM PEDAL E ADESIVO INFECTANTE,	UND	20		



58	LIXEIRA PLÁSTICA COMUM 07 LITROS.	UND	20		
59	LUVA DE LÁTEX RESISTENTE; PALMA ANTIDERRAPANTE; INTERIOR LISO, COM ACABAMENTO NAS BORDAS. NA COR AMARELA. TAMANHO G DE ACORDO COM A ABNT, NBR 13.393 PACOTE COM 12 PARES	PCT	30		
60	LUVA DE LÁTEX RESISTENTE; PALMA ANTIDERRAPANTE; INTERIOR LISO, COM ACABAMENTO NAS BORDAS. NA COR AMARELA. TAMANHO GG DE ACORDO COM A ABNT, NBR 13.393 PACOTE COM 12 PARES	PCT	30		
61	LUVA DE LÁTEX RESISTENTE; PALMA ANTIDERRAPANTE; INTERIOR LISO, COM ACABAMENTO NAS BORDAS. NA COR AMARELA. TAMANHO M DE ACORDO COM A ABNT, NBR 13.393. PACOTE COM 12 PARES	PCT	50		
62	LUVA DE LÁTEX RESISTENTE; PALMA ANTIDERRAPANTE; INTERIOR LISO, COM ACABAMENTO NAS BORDAS. NA COR AMARELA. TAMANHO P DE ACORDO COM A ABNT, NBR 13.393.B43 PACOTE COM 12 PARES	PCT	20		
63	LUVA DE LÁTEX SEM TALCO, NÃO ESTÉRIL CX C/ 100 PEÇAS (50PARES), CONFECCIONADAS EM PURA LÁTEX DE ALTA QUALIDADES	CX	10		
64	LUVA TÉRMICA LUVA TÉRMICA PARA COZINHA CANO LONGO 33CM ALTA TEMPERATURA FORNO FOGÃO CONSTITUÍDA POR TECIDO 100 % ALGODÃO, E FORRAÇÃO DE MANTA TÉRMICA 100 % ALGODÃO CANO LONGO 33 CM POSSUI ALÇA PARA PENDURAR. IDEAL PARA MANUSEAR OBJETOS QUENTES E FRIOS. MATERIAL INTERNO 100% POLIÉSTER. MATERIAL EXTERNO 100% ALGODÃO METALIZADO	UND	30		
65	LUVAS DE PLASTICO DESCARTAVEL P/ SERVIR COZINHA, RESTAURANTE, PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS FABRICADA EM POLIETILENO TRASPARENTE ATOXICA E APIROGÊNICA. C/ 100UNIDADES.	PCT	50		
66	MANGUEIRA REFORÇADA PARA BOTTIÃO DE GÁS COM REGISTRO DE GÁS	UND	10		
67	MARMITEX DE ISOPOR COM TAMPAS Nº 8 750 ML. COPOBRAS CAIXA C/ 100 UNIDADES MATERIAL ATÓXICO, NÃO CONTÉM CFC. ALTURA 5,2CM - DIAMETRO 18,70CM.	CX	30		
68	MÁSCARA CIRÚRGICA COM ELÁSTICO CX C/ 50 UNIDADES. EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIANA (EFB) MAIOR QUE 95% - CONFORME NORMA DA AORN - ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE ENFERMEIROS DE CENTRO CIRÚRGICO. TRIPLA CAMADA COM FILTRO. TIRAS SUPER RESISTENTES COM 40 CM DE COMPRIMENTO. CLIPS NASAL DE ALUMÍNIO COM 14 CM DE COMPRIMENTO. SOLDA ELETRÔNICA.	CX	200		
69	MÁSCARA DESCARTÁVEL AZUL RESPIRADOR PFF-1 TIPO DOBRÁVEL SEM VÁLVULA DE EXALAÇÃO. INDICADO PARA PROTEÇÃO DAS VIAS RESPIRATÓRIAS CONTRA POEIRAS TÓXICAS COMO POEIRAS DE GRÃOS, CIMENTO PORTLAND, FIBRAS TÊXTEIS, CARVÃO, GRAFITE ATÉ 10 VEZES O SEU LIMITE DE TOLERÂNCIA. CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	80		
70	PÁ DE AÇO (PARA LIXO) COM CABO DE MADEIRA, TAMANHO MÉDIO	UND	50		
71	PÁ DE PLÁSTICO PARA LIXO (COM CABO DE MADEIRA) TAMANHO GRANDE	UND	10		
72	PANO DE PRATO, MATERIAL 100% ALGODÃO. COMPRIMENTO 68 CM, LARGURA 40 CM, COR BRANCA	UND	80		
73	PAPEL ALUMÍNIO LARGURA 45 CM COMPRIMENTO 4,0 MT UND.	UND	50		
74	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, FOLHA DUPLA - PICOTADO E DE ALTA QUALIDADE, 100% FIBRAS CELULÓSICAS, PACOTE COM 16 ROLOS, ROLOS MEDINDO 30X10CM CADA, NEUTRO; SEM RELEVO; TUBETE MEDINDO 4CM; CONFORME AS NORMAS DO INMETRO, INPI E NBR.	PCT	300		
75	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA NEUTRO 12 UNIDADES 30 M X 10 CM. 100% FIBRAS NATURAIS.	PCT	200		
76	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - FOLHAS SIMPLES DE PRIMEIRA QUALIDADE, INTERFOLHADA DE 2 DOBRAS COM 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, SEM FRAGÂNCIA, COM ALTA ABSORÇÃO PAPEL NÃO RECICLADO - FARDO COM 100 UNIDADES, EM QUATRO PACOTES FECHADOS COM 250 FOLHAS CADA - MED: 23X21 - BRANCO LUXO. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO EM RELAÇÃO A LARGURA E COMPRIMENTO.	FRD	300		
77	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO (PARA DISPENSER) - FOLHA SIMPLES DE PRIMEIRA QUALIDADE, INTERFOLHADA DE 2 DOBRAS COM 100% DE FIBRAS CELULÓSICAS VIRGENS, SEM FRAGÂNCIA, COM ALTA ABSORÇÃO, PAPEL NÃO RECICLADO - FARDO COM 1000 UNIDADES. MED: 23X21 - BRANCO LUXO. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO EM RELAÇÃO A LARGURA E COMPRIMENTO.	FRD	100		
78	PEDRA SANITÁRIA, DESINFETANTE DE FLUXO CONTÍNUO PARA USO EM VASO SANITÁRIO. PRODUTO DEVE SER PRÁTICO E EFICIENTE, POSSUIR GRANDE PODER BACTERICIDA, COMBATE AO MAU CHEIRO E DEIXAR O BANHEIRO	UND	100		



	CONTINUAMENTE PERFUMADO. EMBALAGEM CONTENDO 1 PEDRA SANITÁRIA DE 40G + 1 ALÇA PLÁSTICA EM DIVERSAS FRAGRÂNCIAS				
79	PLACA DE SINALIZAÇÃO (PISO MOLHADO), CAVALETE DE PLÁSTICO:	UND	20		
80	PORTA COPOS EM AÇO INOX, ARREDONDADO, 8CM X 0,6 CM	UND	20		
81	PORTA SABONETE LÍQUIDO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 350 ML, MATERIAL DA TAMPÃO EM POLIPROPILENO E CORPO EM POLIESTIRENO TRANSPARENTE, DE ALTA RESISTÊNCIA. MATERIAL ATÓXICO.	UND	30		
82	PRATO DESCARTÁVEL REDONDO BRANCO 15CM FUNDO COMPOSIÇÃO; POLIESTIRENO ATÓXICO. CAIXA COM 50 X 10 PACOTES. CAIXA 500UN.:	CX	10		
83	PRATO DESCARTÁVEL REDONDO BRANCO 21CM RASO COM 10 UNIDADES COMPOSIÇÃO; POLIESTIRENO ATÓXICO.	PCT	250		
84	PRENDEDOR DE ROUPA: CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO REFORÇADO E RESISTENTE, MOLA EM ARAME REFORÇADO. PACOTES COM 12 UNIDADES.	PCT	50		
85	PROTECTOR SOLAR PARA PELE, FATOR DE PROTEÇÃO FPS 70, FRASCO DE PLÁSTICO DE 200ML.	UND	300		
86	REFIL DE FILTRO - CARACTERÍSTICAS, COMPATÍVEL PARA USO EM BEBEDOUROS VERTICAIS MODELO TIPO: INOX K40	UND	80		
87	REFIL DE FILTRO - CARACTERÍSTICAS, COMPATÍVEL PARA USO EM PURIFICADOR LIBELL ACQUAFLEX.	UND	80		
88	RODO DE PLÁSTICO RESISTENTE (HAST DE FERRO COM 2 BORRACHAS 60 CM).: MATERIAL DE LIMPEZA	UND	100		
89	RODO DE PLÁSTICO RESISTENTE (HASTE DE MADEIRA C/ 2 BORRACHAS 40 CM).	UND	30		
90	RODO LIMPRA VIDROS 3EM1 COM ESPUMA E SPRAY BORRIFADOR	UND	30		
91	SABÃO EM BARRA NEUTRO TABLETE C/ 05 UNIDADE DE 200G CADA, GLICERINADO (TIPO: YPÊ, MINUANDO; RAZZO OU SIMILAR)	UND	100		
92	SABÃO EM PÓ COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: AQUIL BEZENO SULFONATO DE SÓDIO, AQUIL DIMETIL HIDROXIETIL CLORETO DE AMÔNIO, TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, SILICATO DE SÓDIO, CARBONATO DE SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE DE SÓDIO, PIGMENTO AZUL, 4,4 BIS (2' SULFOESTIRIL BIFENIL DISSÓDICO) ÁCIDO 4,4' DIAMINO ESTILBENO 2,2' DISSULFÔNICO, SULFATO DE SÓDIO, SILICONE, ENZIMAS, PERFUME E ÁGUA OU SIMILAR - EMBALAGEM CAIXA DE PAPELÃO DE 2KIG. (TIPO: OMO, YPÊ, BRILHANTE OU SIMILAR)	CX	500		
93	SABÃO LIQUIDO LAVA ROUPAS COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SODIO, AQUIL ÉTER SULFATO DE SODIO, AJUSTADOR DE PH, AJUSTADORES DE VISCOSIDADE, COADJUVANTES, TAMPONANTE, CORANTE, BRANQUEADOR OPTICO, FRAGRANCIA, AGENTE ANTI-REDEPOSITANTE, 1,2-BENZOTIAZOLIN -3-ONA, 2-METIL-4ISOTIAZOLIN E ÁGUA. GALÃO COM 5 LITROS.	UND	150		
94	SABONETE EM BARRA NEUTRO 80 G DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, O SABONETE GRANADO BEBÊ TRADICIONAL EM BARRA IDEAL PARA A PELE SENSÍVEL DE BEBÊS E CRIANÇAS. FÓRMULA LIVRE DE CONSERVANTES COM PROPRIEDADES A BASE DE GLICERINA. COMPOSIÇÃO/MATERIAL SABÃO BASE, ÁGUA, GLICERINA, SORBITOL, TRIETANOLAMINA, DTPA, EHDP, ÁCIDO CÍTRICO, TETRADIBUTIL PENTAERITRITIL HIDROXIHIIDROCINAMATO, CLORETO DE SÓDIO, ÁCIDO GRAXO DE PALMISTE/COCO, AMARELO ALIMENTO 4, VERMELHO ALIMENTO 1 E PERFUME. (POMPOM, GRANADO, JOHNSON'S OU SIMILAR)	UND	100		
95	SABONETE INFANTIL LIQUIDO GLICERINADO NEUTRO. CARACTERÍSTICAS APRESENTA UMA FORMULAÇÃO CUIDADOSAMENTE BALANCEADA QUE PROPORCIONA MACIEZ E SEDOSIDADE A PELE DO CORPO TODO. SABONETE DE ALTA EFICIÊNCIA LIMPADORA. NÃO AGRIDE A PELE, POIS POSSUI PH FISIOLÓGICO. A BASE DE GLICERINA QUE AMACIA E SUAVIZA A PELE SEM AGREDI-LA. FORMULAÇÃO CUIDADOSAMENTE BALANCEADA, LIQUIDO VISCOSO E INCOLOR.COMPOSIÇÃO: ÁGUA, SUFATO DE SODIO LAURETO, COCAMIDA DEA, CLORETO DE SODIO, CITRICO, GLICERINA, CITRATO DE SODIO, DISODIO EDTA, LAURETO 2, METILCLOROISOTIAZOLINONA. PH: 5,5 - 6,5. MODO DE USAR PRONTO USO, NECESSITA DE ENXAGUE. EMBALAGEM: GALÃO DE 5 LITROS:	UND	150		
96	SABONETE LÍQUIDO DE BOA QUALIDADE, DESTINADA A LIMPEZA SUAVE DAS MÃOS E DO ROSTO; PH 100%: 5,5 – 6,0. APARÊNCIA E ODOR: LÍQUIDO AZUL PEROLADO E PERFUMADO, DENSIDADE: 1,005 – 1,008 G/CM³; VISCOSIDADE: 1,000 - 1,5000 CPS (VISCOSÍMETRO FUNGILAB VISCO BASIC SPINDLE 3/20 RPM. TEMPERATURA 20° A 25°. SOLUBILIDADE NA ÁGUA: 100%. SEM DILUIR, PRONTO PARA USAR. EMBALAGEM GALÃO DE 5 LITROS;	UND	200		
97	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL POSSUI FRAGRÂNCIA SUAVE, QUE PROPORCIONA UMA AGRADÁVEL SENSACÃO DE RELAXAMENTO E LIMPA A PELE, EMBALAGEM DE 500ML.	UND	400		
98	SACO DE ALGODÃO (PANO DE CHÃO), CONFECCIONADO EM TECIDO DE ALGODÃO CRU, TIPO SACARIA BRANCA DE AÇÚCAR RECUPERADA DE PRIMEIRA VIAGEM,	UND	350		



	LAVADO E ALVEJADO, ISENTO DE RASGOS OU OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM PREJUDICAR SUA UTILIZAÇÃO. TAMANHO 46 CM X 72 CM 18 BATIDAS (UNIDADE ESPECIAL). PESANDO NO MÍNIMO 120 GR. POR SACO				
99	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 100L, NA COR PRETA, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,10MM, PACOTE COM 100 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, MARCA E MEDIDAS. APRESENTAR REGISTRO NO INMETRO.	PCT	500		
100	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 30L, NA COR PRETA, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,10MM, PACOTE COM 100 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, MARCA E MEDIDAS. APRESENTAR REGISTRO NO INMETRO.	PCT	150		
101	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO, DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 50L, NA COR PRETA, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,10MM, PACOTE COM 100 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, MARCA E MEDIDAS. APRESENTAR REGISTRO NO INMETRO.	PCT	150		
102	SACO PARA LIXO "HOSPITALAR", NA COR BRANCO LEITOSO, COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS, MEDINDO NO MÍNIMO, 59 CM DE LARGURA X 62 CM DE ALTURA, ESPESSURA MÍNIMA DE 0,08 MM, CONSTITUÍDO DE MATERIAL RESISTENTE À RUPTURA E VAZAMENTO, IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADO DENTRO DAS NORMAS ABNT NBR 9191/2002 A IDENTIFICADO PELO SÍMBOLO DE SUBSTÂNCIA INFECTANTE CONSTANTE NA NBR-7500 DA ABNT, COM RESINA TERMOPLÁSTICA VIRGEM E DEMAIS NORMAS COMPLEMENTARES CONSTANTES APLICÁVEIS, COM RÓTULOS DE FUNDO BRANCO, DESENHO E CONTORNOS PRETOS. PACOTE 100 UNIDADES.	PCT	10		
103	SACO PLÁSTICO RESISTENTE, TAMANHO 21X32CM, TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE PARA 2KG	KG	20		
104	SACO PLÁSTICO RESISTENTE, TAMANHO 35X45CM, TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE PARA 5KG.	KG	200		
105	SACO PLÁSTICO RESISTENTE, TAMANHO 40X60CM, TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE PARA 10KG.	KG	80		
106	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DE 03 KG:	KG	100		
107	SACOLA BRANCA RESISTENTE 50X60CM.	KG	40		
108	SACOLA PLÁSTICA RECICLADA E RESISTENTE COR VERDE 60X75 CM	KG	20		
109	SHAMPOO PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS, DE BOA QUALIDADE. TAMBOR DE 50 LITROS	UND	80		
110	SOLUÇÃO DE REMOÇÃO DE LIMPEZA PESADA CONCENTRADO FX 4000 1 P/40 (LIMPA BAÚ), TAMBOR DE 50 LITROS.	UND	100		
111	SUPORTE DE PAREDE PARA SABONETE LIQUIDO COM DISPENSADOR, CAPACIDADE MÍNIMA DE 350ML MATERIAL DA TAMPA EM PROPILENO E CORPO EM POLIESTIRENO TRANSPARENTE, DE ALTA RESISTENCIA, MATERIAL ATÓXICO QUE FIXA NA PAREDE	UND	50		
112	TOCA HIGIÊNICA DESCARTÁVEL PARA CABELO, TAMANHO PADRÃO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	50		
113	TOUCA EM TULE COM ABA, COR BRANCA 100% POLIÉSTER, ESTILO TULE, COM FUNDO BRANCO E ABA.	UND	200		
114	VASSOURA COM CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO RÍGIDO COM EXTREMIDADE ROSQUEADA E CERDAS EM NYLON MEDINDO DE 26 A 30 CM DE COMPRIMENTO X 4,5 A 5 CM LARGURA. CABO EM MADEIRA COM 140 CM DE ALTURA.	UND	100		
115	VASSOURA DE PELO SINTÉTICO 30 CM, COM CABO RESISTENTE.	UND	40		
116	VASSOURA NYLON 30CM COM CABO.	UND	80		
117	VASSOURA PIAÇAVA Nº 05, COM CABO.	UND	20		
118	VASSOURA RECICLADA, PARA VARRIÇÃO DE RUAS, MATÉRIA PRIMA EM GARRAFA PETI EM POLIPROPILENO, MADEIRA, MASTER E ARAME COM CABO DE MADEIRA.30X20 CM	UND	110		
119	VELA DE FILTRO – CARACTERÍSTICAS, PARA USO EM FILTRO DE 10 LITROS.	UND	30		

2. DA VINCULAÇÃO DAS PARTES

2.1. As partes (Administração Pública e a Proponente Licitante) ficam vinculadas aos termos do instrumento convocatório/edital, do anexo II - minuta da ata de registro de preços, bem como ao teor da Lei Federal nº 10.520/02, no que couber aos termos: da Lei Federal nº 8.666/93, aos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de pregão no âmbito do Município de Japonvar (MG), o qual foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Estadual(MG) nº 42.408/02, que regulamenta os procedimentos de pregão no âmbito do Estado de Minas



Gerais, bem como ficam vinculados aos ditames do Decreto Municipal nº 007/2021, que regulamenta os procedimentos de sistema de registro de preços no âmbito do Município de Japonvar(MG), o qual foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13, onde não obstante segue alguns dispositivos do supracitado Decreto Federal, para todos os efeitos legais e de direito independentemente da não transcrição in totum, instrumentos estes que fazem parte integrante do presente termo de referência, para todos os efeitos legais e de direito.

2.2 Considerando que as proponentes licitantes, não tem conhecimento do teor dos decretos municipais supracitados, razão pela a qual o Município de Japonvar, faz alusão ao Decreto Estadual 42.408/02, para que o licitante tenha conhecimento dos procedimentos de regulamentação da modalidade de pregão, ao Decreto Federal nº 7.892/13, para que o licitante tenha conhecimento dos procedimentos do sistema de registro preços dado que os mesmos encontram publicados na Web.

3. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1 A dotação orçamentária para atendimento às despesas decorrentes dos objetos descritos acima serão suportadas pelas seguintes rubricas:

3.2 A dotação orçamentária identificada acima, destina apenas para alimentação do sistema do SICOM.

3.3 Conforme estabelece o art. Art. 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, desobriga quanto a sua identificação, senão vejamos:

03.01.01.04.122.0002.2019 – 3.3.90.30.00 Ficha: 116
04.01.01.12.122.0002.2038 – 3.3.90.30.00 Ficha: 264
04.01.02.12.361.0020.2044 – 3.3.90.30.00 Ficha: 320
06.02.01.10.301.0014.2066 – 3.3.90.30.00 Ficha: 778
06.02.02.10.304.0016.2072 - 3.3.90.30.00 Ficha: 829
07.02.02.08.244.0009.2099 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1178
07.02.01.08.122.0008.2087 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1018
08.01.01.15.452.0029.2114 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1339
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1515
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1567

Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da [Lei nº 8.666, de 1993](#), ou na modalidade de pregão, nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

(.....)

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

4. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES

4.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP), é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços para as futuras e eventuais contratações, perquiridas pela Administração Pública Municipal, conforme estabelecido no Art. 15 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e, em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13 e alterações dada pelo Decreto Federal nº 9.488/18, decretos estes que regulamenta os procedimentos de registro de preços e procedimentos de caroneiros.

4.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Pública/Município a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida em busca do interesse público decorrente de economicidade ao Erário, sendo assegurado à Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços, a preferência de contratação em igualdade e condições.

4.3 Conforme prescrito no subitem anterior (4.2) a existência de preços registrados na ata não obriga a Administração Pública, a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, sendo



assegurado à Adjudicatária detentora da ata de registro de preços preferência em igualdade e condições, conforme estabelece art. 15 § 4º da Lei 8.666/93.

4.4 A Ata de Registro de Preços é um instrumento vinculativo, com as condições de compromissos para a futura contratação, mantidos os preços conhecidos no desfecho do certame (fase de proposituras de lances), porém, não gera direito a Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços de ver seus preços contratados pela Administração.

4.5. A Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer entidade que integre a Administração Pública estadual ou municipal, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, através de instrumento formal encaminhado à Autoridade Máxima do Município, solicitando a adesão a ata de registro de preços.

4.6. Dado ao disposto no Decreto Federal nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, que alterou o art. 22 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o órgão gerenciador, os órgãos participantes, bem como os órgãos não participantes, interessado em participar da Ata de Registro de Preços, como caroneiro, deverá observar o disposto no supracitado artigo, senão vejamos:

Art. 22 (omissis)

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (Alteração dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018)

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Alteração dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018).

§ 4º-A (omissis)

(...)

II - O instrumento convocatório da compra nacional preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.7 Conforme descrito no subitem 4.5, caberá a “Adjudicatária” detentora da “Ata de Registro de Preços”, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não em contratar com o “Caroneiro”, desde que a aquisição de eventuais insumos não prejudique as obrigações assumidas com o Município de Japonvar(MG), através do (Órgão Gerenciador –Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento).

5. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA SUA VIGÊNCIA

5.1 A Ata de Registro de Preços, é um instrumento que serve de base para futuras e eventuais contratações, no entanto é um instrumento pactuado entre as partes e assemelha em parte ao contrato administrativo, onde consta as respectivas



obrigações e as penalidades aplicáveis por descumprimento da obrigação, conforme disposto na minuta da Ata de Registro de Preços (anexo II), que faz parte integrante do instrumento convocatório/edital e deste termo de referência para todos os efeitos legais e de direito.

5.2 A execução da Ata de Registro de Preços terá no que couber a regência legal o disposto na Seção IV – Dos Contratos - Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, e obediência aos preceitos contidos no item 6 – Da Execução dos Contratos e no que couber nos preceitos da Instrução Normativa “MARE nº 18, de 22 de dezembro de 1997”.

5.3. A Ata de Registro de Preços, terá sua vigência o prazo de 01 (um) ano a contar da data da sua assinatura, conforme disposto no art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

6. DA MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

6.1 Conforme estabelece art. 62 § 1º da Lei 8.666/93, a minuta do contrato administrativo, objeto do (anexo III), faz parte integrante também do instrumento convocatório/edital e, deste termo de referência, uma vez tratar de aquisição a vigência do contrato não poderá ultrapassar o exercício financeiro no qual foi celebrado.

6.2 Considerando o interesse público, pautado na minimização de despesas, uma vez que os preços serão os mesmos registrados na ata de registro de preços e, existindo, o contrato administrativo poderá ter sua vigência prorrogada pautando no fornecimento tão somente de quantitativos de remanescente da respectiva ata de registro de preços, em observância ao disposto no “caput” do art. 57 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93.

7. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

7.1 Os produtos deverão ser entregues em conformidade com os quantitativos detalhado no quadro do subitem 1.1, onde o servidor realizará provisoriamente o recebimento dos mesmos, os quais serão recebidas de forma definitiva dentro do prazo de até 03 (três) dias, mediante conferência da qualidade, a ser realizada pela Comissão Especial, composta de servidores da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, onde na ocorrência da Adjudicatária, descumprir com a obrigação de entregar os produtos conforme avençado, a mesma estará sujeita a sanções administrativas por descumprimento da obrigação.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

8.1 Nomear servidor na qualidade de fiscal para acompanhar a execução da ata de registro de preços conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93, onde dita fiscalização não exime a Adjudicatária de suas responsabilidades.

8.2 Constituir a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, como “Órgão Gerenciador” da Ata de Registro de Preços, mediante apoio do Departamento de Licitação.

8.3 Nomear comissão especial composta de servidores da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para acompanhamento dos preços praticados no mercado, bem como fiscalizar a qualidade dos produtos fornecidos, devendo a Comissão conferir a qualidade dos produtos, onde constatando qualquer desconformidade do produto, deverá ser recusado o recebimento e comunicado formalmente mediante relatório ao Departamento de Compras para providencias decorrentes junto ao departamento jurídico do Município.

8.4 Expedir através do Departamento de Compras do Município, autorização de fornecimento dos materiais a débito do Município de Japonvar.

8.5 Notificar, formalmente, à Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preço, quando constatar o declínio na qualidade dos produtos e qualquer outra irregularidade no cumprimento obrigacional avençado na ata de registro de preços, recomendando providencias decorrentes fixando-lhe o prazo, nos termos da lei, garantida a ampla defesa.

8.6 Providenciar os devidos pagamentos através da tesouraria do Município, decorrente das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados, qual seja no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento.



8.7 Avocar para si a obrigação de realizar a publicação dos atos administrativos decorrentes no prazo da lei.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA FUTURA ADJUDICATÁRIA

9.1 A Adjudicatária mediante notificação da Administração ou mediante ao circunstanciado na ata do desfecho do julgamento, deverá retirar a **Ata de Registro de Preços** e a devolvê-la no prazo de 05 (cinco) dias devidamente assinada, sob pena de incorrer em penalidades legais, dentre elas aplicação de penalidades pecuniárias, facultando a Administração o direito de convocar a licitante remanescente para celebrar a assinatura da ata de registro de preços nas mesmas condições.

9.2 A futura Adjudicatária deverá proceder o fornecimento dos produtos em conformidade com o detalhado no quadro do subitem 1.1, a débito da Prefeitura Municipal de Japonvar, somente mediante recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município, praticando os preços de acordo com a sua proposta de preço reformulada pós lances, em observância ainda ao teor da minuta da **Ata de Registro de Preços**.

9.3 A Adjudicatária deverá proceder a entrega dos produtos in loco (sede do Município), por sua conta e risco, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras do Município, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação e, isentando o Município de qualquer despesas adicionais.

9.4 Avocar para si, todas as responsabilidades de eventuais danos causados à Administração Pública e/ ou a Terceiros, decorrente do fornecimento dos produtos, considerando que a sua entrega é in loco, sede do Município de Japonvar, no local definido na respectiva autorização de fornecimento.

9.5 Manter durante toda a execução da futura ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, dentre as obrigações as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.6 Aceitar somente supressões dos quantitativos registrados na ata de registro de preços conforme estabelece o art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em observância aos limites prescritos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, reconhecendo desde já que não será objeto de aumento de quantitativos dos objetos, conforme estabelece os ditames do art. 12 do supracitado Decreto Federal.

9.7 Fica vedada à Adjudicatária detentora da ata de registro de preços, a negociação de títulos, emitidas contra o Município de Japonvar, sob qualquer pretexto.

9.8 A Adjudicatária reconhece desde já, que a fiscalização da execução da ata de registro de preços, por servidor do Município, não fará cessar ou diminuir as suas responsabilidades pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos ao Município e ou a terceiros.

10. DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

10.1 O pagamento das despesas efetivamente contraídas, serão pagas pela Tesouraria do Município, através (TED), em nome da futura Adjudicatária ou futura contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento emitida por servidor do departamento de compras do Município.

10.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

10.3 Por se tratar de quantitativos estimados, não se obriga a Administração na obrigação de contratar os quantitativos de objetos registrados na respectiva Ata de Registro de Preços, nem tão pouco ao pagamento do valor total registrado na ata, mas sim o valor decorrente da real aquisição dos objetos, em conformidade com as ordens de compras emitidas por servidores devidamente qualificados.

11. DA EMISSÃO NA NOTA FISCAL PAUTANDO NO CONTROLE DE LANÇAMENTO DE DESPESA

11.1 Objetivando melhoria no controle de lançamento das despesas será objeto de emissão de nota fiscal, constando a totalidade dos produtos registrada na autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de compras, onde não será aceita a entrega em desconformidade com a autorização, devendo ainda a nota fiscal ser emitida em conformidade com o fisco estadual.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 A licitante vencedora do certame, denominada “Adjudicatária”, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, conforme estabelecido no art. 64, § 3º da Lei 8.666/93, que se recusar injustificadamente a assinar a “Ata de Registro de Preço” bem como do eventual, “Contrato Administrativo”, conforme estabelecido no art. 62, § 4º da Lei 8.666/93, ou apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar documentação exigida pela Administração, ou apresentar documentação falsa, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sujeitar-se a multa pecuniária no valor correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) a ser apurado em face do valor global da sua proposta de preços, sujeitando ainda nas demais penalidades descritas no instrumento convocatório/edital, na “Ata de Registro de Preços”, na minuta do “Contrato administrativo”, em conformidade com o que prescreve o caput do art. 64 e 86, ambos da Lei Federal de Licitação nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Este instrumento foi transcrito do Termo de Referência encaminhado pela secretaria requisitante e faz parte integrante do instrumento convocatório/edital, do anexo II – minuta da ata de registro de preços, do anexo III – minuta do contrato administrativo, para todos os efeitos legais e de direito, independentemente da não transcrição.

Japonvar/MG, 19 de julho de 2023.

Maria Arlete Antunes de Aquino
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CORRELATOS

Ata de Registro de Preços nº/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº: **077/2023**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: **022/2023**

PREÂMBULO

Aos..... (.....) dias do mês de do ano de 2022, o **MUNICÍPIO DE JAPONVAR**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.476.0001-46, com sede Administrativa na Rua Curitiba, nº 112, Centro, de ora em diante denominado simplesmente **Administração**, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Welson Gonçalves da Silva, CPF: 033.897.696-50 e de outro lado a empresa (.....qualificar.....), nesse ato representado por (.....qualificar.....), de ora em diante denominada simplesmente **Adjudicatária**, nesse ato representada por (.....qualificar.....), resolvem em comum acordo registrar os preços conforme detalhado no item 1 (um) abaixo descrito, pautando na **aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene e correlatos**” para atender as necessidades das Secretarias deste Município, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, conforme detalhado no anexo I – termo de referência, ata é celebrada em face do desfecho do Processo Licitatório nº 077/2023 - Pregão Presencial nº 022/2023, em observância aos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, e suas alterações, bem como em observância aos ditames do Decreto Municipal, que regulamento no âmbito do Município de Japonvar, o disposto no Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta os procedimentos de registro de preços e, em conformidade ainda com os ditames do instrumento convocatório/edital, instrumentos estes que fazem parte integrante desta ata de registro de preços, para todos os efeitos legais e de direito, em observância ainda ao teor da justificativa e de acordo com o que se segue:

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade da manutenção da limpeza e higienização dos ambientes das secretarias e departamentos que integram a administração, justifica-se a realização de licitação objetivando a seleção da proposta mais vantajosa objetivando registro de preços, para a futura e eventual aquisição dos respectivos materiais, de forma parcelada diante da necessidade de consumo, conforme detalhado no anexo I - termo de referência, justificando ainda o uso do pregão presencial, tendo em vista que os comerciantes do local, poderão deixar de participar na presente licitação, por falta de conhecimento e estrutura para participar de pregão na forma eletrônica.

1 – DA DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

1.1 Cuida-se do objeto a aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene e correlatos, para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme quantitativos detalhados no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01					
02					
03					
04					

2 – DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura e não será objeto de prorrogação de sua vigência, conforme estabelece o art. 15, § 3º, item III da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ter os seus quantitativos utilizados pela Administração de Japonvar/MG, diante da necessidade de consumo e dentro do limite definido no anexo I – termo de referência.



3.2 Poderá ainda utilizar da Ata de Registro de Preços Órgãos da Administração Pública que manifestarem em participar como caroneiro, cabendo ao Órgão Gerenciador, qual seja a o Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento para, interceder no desfecho dos procedimentos junto ao Adjudicatária e o Caroneiro, em observância aos quantitativos descritos na clausula primeira e, em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13 com alterações dada pelo Decreto Federal nº 9.488/18.

4 – DO PREÇO

4.1 Os preços ofertados pela empresa, signatária da presente ata de registro de preços são constantes da clausula primeira, observado qual seja os valores da proposta de preço reformulada pós lances, por conta da aquisição dos produtos, estimando um valor total de R\$ (.....).

4.2 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como condições constantes do instrumento convocatório/edital objeto do Processo Licitatório nº 077/2023 – Pregão Presencial nº 022/2023, e no anexo I – termo de referência, instrumentos estes que integram a presente ata de registro de preços.

5 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 A adjudicatária detentora da ata de registro de preços, só estará autorizada a fornecer os produtos a débito do Município mediante recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo departamento de compras do Município, devendo realizar a entrega in loco (sede do Município de Japonvar – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento), no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compra, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação

6 – DO EMPENHAMENTO DA DESPESA

6.1 O empenhamento da despesa será processado pelo departamento de contabilidade mediante recebimento da ordem de compra emitida pelo departamento de compra e em observância ao descrito no contrato administrativo.

7 – DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento das despesas efetivamente contraídas, serão pagas pela Tesouraria do Município, através (TED) em nome da futura Adjudicatária ou futura contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento emitida por servidor do departamento de compras do Município.

7.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte formula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.3 Por se tratar de quantitativos estimados, não se obriga a Administração na obrigação de contratar os quantitativos de objetos registrados na respectiva Ata de Registro de Preços, nem tão pouco ao pagamento do valor total registrado na ata, mas sim o valor decorrente da real aquisição dos respectivos produtos, em conformidade com as autorizações de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município.



8 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1 A condição de fornecimento de cada item a débito do Município, será em observância ao detalhado no quadro do subitem 1.1, onde no ato da sua entrega o entregador deverá conferir a mercadoria junto com o recepcionista (servidor do Município devidamente constituído para o fim) e será objeto de recebimento provisório, mediante aceite na nota fiscal uma vez que o Município constituiu Comissão Especial para recebimento dos insumos, objeto de conferência com mais vagar da qualidade, prazo de consumo e se o mesmo está em conformidade com o constante no instrumento convocatório/edital e proposta de preços reformulada pós lances.

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 A recusa injustificada da licitante declarada vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação da multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado na ata de registro de preço elaborada em conformidade com a ata de julgamento do desfecho do certame.

9.2 A Adjudicatária que descumprirem total ou parcialmente as obrigações pactuadas com a Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal 8.666, de 1993, garantida a ampla defesa, obedecidos os seguintes critérios:

9.2.1 Advertência formal, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo ao Erário;

9.2.2 Ocorrendo atraso na entrega de à Detentora desta Ata de Registro de Preços, ser-lhe á aplicada multa pecuniária de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da ordem de compra com entrega pendente constituindo-se a mora independente de notificação ou interpelação, limitado ao percentual de até 10% (dez por cento) o que correspondente a 10 (dez) dias de atraso.

9.2.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços na ocorrência de reincidência de atraso no cumprimento da obrigação de entregar o produto no prazo avençado;

9.2.4 suspensões temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o Município de Japonvar/MG, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme estabelece do art. 7º da Lei 10.520/02, decorrentes de inexecução da obrigação;

9.2.5 declarações de inidoneidade para licitar e contratar a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, ou atrasos ou inexecução associem-se á pratica de ilícito penal.

9.2.9 A penalidade de multa pecuniária deverá ser recolhida aos cofres públicos no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data da notificação, sob pena de lançamento em dívida ativa podendo o valor ser descontado de eventuais créditos.

10 – DOS RELINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Desde que respeitado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da ata de registro de preços e, quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados a **Adjudicatária** mediante requerimento formal poderá perquirir junto a **Administração** o realinhamento de preços ou equilíbrio econômico financeiro, desde que esta seja formulada antes da emissão de eventual ordem de fornecimento e ou de compra, devendo o requerimento vir acompanhada de respectiva cópia da nota fiscal que serviu de referência para a formulação da sua proposta de preços e que foi objeto de propositura de lances, bem como cópia da nota fiscal que venha comprovar a alteração dos preços dos insumos de panificação e que não puder cumprir o compromisso avençado em Ata de Registro de Preço, o Órgão Gerenciador poderá:

10.1.1 Inicialmente liberar a **Adjudicatária** do compromisso avençado na Ata de Registro de Preços, sem aplicação de penalidades, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que será objeto de confronto das informações com o preço médio obtido pela **Administração** em detrimento de no mínimo 03 (três)

orçamentos perquiridos no mercado local.

10.1.2 Uma vez confirmada a veracidade das informações descritas no subitem 10.1.1, a **Administração** em busca de minimização de custos, convocará formalmente todos os licitante remanescentes, incluindo a licitante detentora da ata de registro de preços, em igualdade de condições, com base no novo preço conhecido em detrimento do preço médio obtido em face dos 03 (três) novos orçamentos para a realização de procedimentos para elaboração de Ata de Registro de Preço suplementar para a adjudicação do item que sofreu majoração de preços.

10.1.3 Não havendo êxito na negociação a **Administração** poderá revogar o item da Ata de Registro de Preços, que sofreu majoração de preços, adotando medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.1.4 Em busca do princípio do resultado econômico, reserva-se ainda ao **Contratante** o direito de rever durante a vigência da Ata de Registro de Preços que por sua vez refletirá nos valores deste contrato administrativo, facultado a detentora da Ata de Registro de Preços na redução de valores, objeto de pesquisa de preços praticado no mercado.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS OBJETOS REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, II “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93, e demais normas pertinentes.

11.2 A cada fornecimento serão emitidos instrumentos comprovando recebimento, nos termos do art. 73, II “a” e “b”, da lei federal 8.666/93.

11.3 O recebimento dos objetos será feita de forma provisória por servidor do Município e estará sujeita ao recebimento de forma definitiva pela Comissão Especial constituída para o devido fim, recebimento este que dar-se-á no prazo de até 3 (três) dias, conforme dispõe a lei.

12 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pelo Órgão Gerenciador através pedido formal à Autoridade Máxima Municipal, justificando as razões do pedido, quando:

12.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro De Preços;

12.1.2 A detentora da Ata de Registro de Preços não retirar qualquer ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

12.1.3 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de futuro contrato administrativo, se assim for decidido pela Administração;

12.1.4 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

12.1.5 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

12.1.6 Pela detentora da Ata de Registro de Preço, quando mediante solicitação formal, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo a Administração quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art.78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/94.

12.1.7 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 dias (trinta) e dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

13 – DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO



13.1 Nomear servidor na qualidade de fiscal para acompanhar a execução da ata de registro de preços conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93, onde dita fiscalização não exime a Adjudicatária de suas responsabilidades.

13.2 Constituir a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, como “Órgão Gerenciador” da Ata de Registro de Preços, mediante apoio do Departamento de Licitação.

13.3 Nomear comissão especial composta de servidores da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para acompanhamento dos preços praticados no mercado, bem como para fiscalizar a qualidade dos insumos no ato do recebimento.

13.4 Expedir através do Departamento de Compras do Município, autorização de fornecimento dos produtos a débito do Município de Japonvar.

13.5 Notificar, formalmente, à Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preço, quando constatar o declínio na qualidade dos produtos e qualquer outra irregularidade no cumprimento obrigacional avençado na ata de registro de preços, recomendando providencias decorrentes fixando-lhe o prazo, nos termos da lei, garantida a ampla defesa.

13.6 Providenciar os devidos pagamentos através da tesouraria do Município, decorrente das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados, qual seja no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento.

13.7 Avocar para si a obrigação de realizar a publicação dos atos administrativos decorrentes no prazo da lei.

14 – DAS RESPONSABILIDADES DA ADJUDICATÁRIA

14.1 A Adjudicatária mediante notificação da Administração ou mediante ao circunstanciado na ata do desfecho do julgamento, deverá retirar a **Ata de Registro de Preços** e a devolve-la no prazo de 05 (cinco) dias devidamente assinada, sob pena de incorrer em penalidades legais, dentre elas aplicação de penalidades pecuniárias, facultando a Administração o direito de convocar a licitante remanescente para celebrar a assinatura da ata de registro de preços nas mesmas condições.

14.2 A Adjudicatária deverá proceder o fornecimento dos materiais em conformidade com o detalhado no quadro do subitem 1.1, a débito da Prefeitura Municipal de Japonvar, somente mediante recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município, praticando os preços de acordo com a sua proposta de preço reformulada pós lances.

14.3 A Adjudicatária deverá proceder a entrega dos produtos in loco (sede do Município), por sua conta e risco, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras do Município, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação e, isentando o Município de qualquer despesas adicionais.

14.4 A Adjudicatária avoca para si, todas as responsabilidades de eventuais danos causados à Administração Pública e/ ou a Terceiros, decorrente do fornecimento dos produtos, considerando que a sua entrega é in loco, sede do Município.

14.5 Manter durante toda a execução desta ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, dentre as obrigações as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.6 Aceitar somente supressões dos quantitativos registrados na ata de registro de preços conforme estabelece o art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em observância aos limites prescritos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, reconhecendo desde já que não será objeto de aumento de quantitativos dos objetos, conforme estabelece os ditames do art. 12 do supracitado Decreto Federal.

14.7 Fica vedada à Adjudicatária detentora desta ata de registro de preços, a negociação de títulos, emitidas contra o Município de Japonvar, sob qualquer pretexto.



14.8 A Adjudicatária reconhece desde já, que a fiscalização da execução desta ata de registro de preços, por servidor do Município, não fará cessar ou diminuir as suas responsabilidades pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos ao Município e ou a terceiros.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

16 – DO FORO

16.1 Fica eleito o foro desta Comarca de Brasília de Minas/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

16.2 E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Japonvardede 2023.

Welson Gonçalves da Silva
Prefeito Municipal
ADMINISTRAÇÃO

Nome
Empresa
ADJUDICATÁRIA

Testemunhas:

1 _____

CPF:

2 _____

CPF:



ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DOMESTICOS E CORRELATOS

Contrato Administrativo nº...../2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

PREAMBULO

O **MUNICÍPIO DE JAPONVAR**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº: 01.612.476.0001-46, com sede Administrativa na Rua Curitiba, nº 112 - Centro, de ora em diante denominado simplesmente **Contratante** nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Welson Gonçalves da Silva, CPF: 033.897.696-50 e de outro lado a empresa (.....qualificar.....), de ora em diante denominada simplesmente **Contratada**, nesse ato representado por (.....qualificar.....), para a **aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos e correlatos para atender as necessidades das Secretarias deste Município**, conforme detalhado na cláusula primeira, e de acordo com os preços registrados na proposta reformulada pós lances e de acordo com o detalhado no anexo I – termo de referência e em observância ainda ao descrito no anexo II – Ata de Registro de Preços, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, objeto do Processo Licitatório nº 077/2023 - Pregão Presencial nº 022/2023, em observância ao teor da justificativa, bem como em conformidade com as cláusulas seguintes:

DA JUSTIFICATIVA: A referida aquisição se justifica na necessidade de atender as demandas das secretarias deste município que necessitam manter as atividades administrativa em dia, e para que a rotina funcione corretamente, necessita – se dos materiais descritos no Termo de Referência para manutenção dos serviços, aquisição esta, de forma parcelada diante da necessidade de consumo, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, justificando ainda o uso do pregão presencial, tendo em vista que os comerciantes do local, poderão deixar de participar na presente licitação, por falta de conhecimento e estrutura para participar de pregão na forma eletrônica.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETOS

1.1 Cuida-se do objeto a aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos, EPis e correlatos para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme quantitativos e pesos detalhados no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01					
02					
03					
04					

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 – Do Valor Global

2.1.1 O **Contratante** pagará a **Contratada**, o valor de R\$(.....) por conta da aquisição dos materiais um valor global de R\$ (.....).

2.1.2 Tendo em vista os quantitativos serem estimados, não se obriga o Município ao pagamento total do valor constante do subitem 2.1.1 e sim do valor apurado em conformidade com as eventuais requisições/ordem de fornecimentos emitidas por servidor do Município devidamente credenciado.

2.1.3 Os preços referidos na proposta, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos produtos,



tais como encargos sociais, previdenciário, trabalhista, Finanças, seguro etc, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato administrativo.

2.2 - Do Pagamento

2.2.1 Os pagamentos devidos, em decorrência das obrigações assumidas, serão efetuados pela Tesouraria do Município, através (TED) em nome da futura contratada, em conformidade com as condições estabelecidas no Anexo II – Minuta do Contrato Administrativo, ou seja, o pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada.

2.2.3- Não será efetuado qualquer pagamento a “**Contratada**” enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº

03.01.01.04.122.0002.2019 – 3.3.90.30.00 Ficha: 116
04.01.01.12.122.0002.2038 – 3.3.90.30.00 Ficha: 264
04.01.02.12.361.0020.2044 – 3.3.90.30.00 Ficha: 320
06.02.01.10.301.0014.2066 – 3.3.90.30.00 Ficha: 778
06.02.02. 10.304.0016.2072 - 3.3.90.30.00 Ficha: 829
07.02.02.08.244.0009.2099 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1178
07.02.01.08.122.0008.2087 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1018
08.01.01.15.452.0029.2114 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1339
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1515
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1567

3.2 Para o exercício futuro serão informadas novas rubricas orçamentárias, através de simples termo de apostilamento, conforme estabelece o § 8º do art. 65 da Lei 8.666/93, tendo em vista que a vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGENCIA CONTRATUAL

4.1 Este contrato terá vigência a contar da data da sua assinatura e encerrar-se-á no dia/...../.....

4.2 O presente contrato administrativo poderá ser prorrogado por iniciativa exclusiva do **Contratante** em conformidade com o prescrito no art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1 A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que respeitado os quantitativos da registrado na ata de registro de preços, conforme estabelece o art. 12 do Decreto 7.892/13.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRANTE

6.1 Nomear servidor na qualidade de fiscal para acompanhar a execução deste contrato administrativo conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93, onde dita fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades.

6.2 Nomear comissão especial composta de servidores da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para acompanhamento dos preços praticados no mercado, bem como para fiscalizar a qualidade dos insumos no ato do recebimento.

6.3 Expedir através do Departamento de Compras do Município, autorização de fornecimento de dos produtos à débito do Município.

6.4 Notificar, formalmente, à Contratada, quando constatar o declínio na qualidade dos produtos e qualquer outra irregularidade no cumprimento obrigacional avençado na ata de registro de preços, recomendando providencias decorrentes fixando-lhe o prazo, nos termos da lei, garantida a ampla defesa.

6.5 Providenciar os devidos pagamentos através da tesouraria do Município, decorrente das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados, qual seja no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento.

6.6 Avocar para si a obrigação de realizar a publicação dos atos administrativos decorrentes no prazo da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 A Proponente Licitante mediante notificação da Administração ou mediante ao circunstanciado na ata do desfecho do julgamento, deverá retirar a o instrumento contratual e, devolve-lo no prazo de 05 (cinco) dias devidamente assinada, sob pena de incorrer em penalidades legais, dentre elas aplicação de penalidades pecuniárias, facultando a Administração o direito de convocar a licitante remanescente para celebrar a assinatura da ata de registro de preços nas mesmas condições.

7.2 Contratada deverá proceder o fornecimento dos produtos em conformidade com o detalhado no quadro do subitem 1.1, a débito da Prefeitura Municipal de Japonvar, somente mediante recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município, praticando os preços de acordo com a sua proposta de preço reformulada pós lances, em observância no que couber ainda ao teor da minuta da **Ata de Registro de Preços**.

7.3 A Contratada deverá proceder a entrega dos produtos in loco (sede do Município), por sua conta e risco, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras do Município, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação e, isentando o Município de qualquer despesas adicionais.

7.4 A Contrata avoca para si, todas as responsabilidades de eventuais danos causados à Administração Pública e/ ou a Terceiros, decorrente do fornecimento dos produtos, considerando que a sua entrega é in loco, sede do Município.

7.5 Manter durante toda a execução deste contrato administrativo em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, dentre as obrigações as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6 Aceitar somente supressões dos quantitativos os conforme estabelece o art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em observância aos limites prescritos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, reconhecendo desde já que não será objeto de aumento de quantitativos dos objetos, conforme estabelece os ditames do art. 12 do supracitado Decreto Federal.

7.7 Fica vedada à Contratada, a negociação de títulos, emitidas contra o Município de Japonvar, sob qualquer pretexto.

7.8 A Contratada reconhece desde já, que a fiscalização da execução deste contrato administrativo, por servidor do Município, não fará cessar ou diminuir as suas responsabilidades pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos ao Município e ou a terceiros.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRITERIO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

8.1 Na ocorrência da necessidade de realinhamento de preços, serão aplicadas as regras detalhadas no anexo I – termo de referência e no anexo II – ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO



9.1 O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

9.2 Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, à Administração são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização sobre o fornecimento dos produtos insumo da presente licitação será exercida por um representante do **Contratante**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.2 A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

10.3 O **Contratante** se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA NOVAÇÃO

11.1 Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato administrativo, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesmo ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesse contrato administrativo, e quaisquer outras irregularidades, a Autoridade Máxima Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplica a adjudicatária as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato administrativo, no caso da **Contratada** não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Autoridade Máxima Municipal.

b) multa de 20% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato administrativo, no caso de reincidência no descumprimento de avenças do contrato administrativo por parte da **Contratada**, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Autoridade Máxima Municipal.

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme prescreve o art 7º da lei 10.520/2003;

d) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em âmbito Federal, Estadual ou Municipal, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

12.2 A sanção de advertência de que trata o subitem 11.1, letra a poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na execução do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO



13.1 As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do anexo I - Termo de Referência e ao valor da proposta comercial de preço, bem como ao teor da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A Contratada será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo a entrega deles decorrente estiver prevista para a data posterior a do seu vencimento e desde que tenha instrumento contratual que garanta a obrigação entre as partes conforme estabelecido no art. 62 § 4º da lei 8.666/93.

14.2 Se a qualidade dos objetos entregues não corresponder às especificações exigidas no anexo I – termo de referência os mesmos serão devolvidos e a substituição de verã ser efetuada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PÚBLICAÇÃO

15.1 É de total responsabilidade da Administração, efetuar a publicação do extrato do contrato administrativo, dentro do prazo legal, conforme determina a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes elegem o foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Japonvar (MG), de de 2023

Welson Gonçalves da Silva
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Nome
Empresa
CONTRATADA

Testemunhas:

1.....

CPF:

2.....

CPF:



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/EDITAL E SEUS ANEXOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

DECLARAÇÃO

Para efeito da licitação em epigrafe, o signatário da presente declaração, abaixo assinado, em nome da empresa (..... qualificar.....), e em conformidade com o disposto na lei federal de licitação nº 8.666/93 "**Declara**" que:

- a) Tomou conhecimento e concorda com todas as condições estabelecida no instrumento convocatório/edital e seus anexos, objeto do Processo Licitatório nº: 077/2023 – Pregão Presencial nº: 022/2023, e que não existe fato impeditivo quanto a participação da empresa qualificada acima em participar no certame até a presente data, bem como devemos declará-los caso venha a ocorrer durante a execução do futuro contrato administrativo, caso a mesma seja declarada vencedora do certame;
- b) no tocante aos requisitos de habilitação e que toda "Documentação/habilitação", apresentada são de nossa autoria e responsabilidade e que nos preços apresentados em nossa "Proposta Comercial" estão inclusas todas as obrigações financeiras dentre elas encargos sociais e trabalhistas, bem como os demais constantes do referido instrumento licitatório e seus anexos;
- c) sob pena de ação penal que nenhum dirigente, gerente ou sócio, responsável técnico, membro do corpo técnico ou administrativo da declarante, pertence ao quadro temporário ou permanente da Prefeitura Municipal de Japonvar - MG;
- d) renuncia a qualquer indenização ou compensação, a qualquer título ou pretexto, em decorrência da participação desta empresa na supramencionada licitação;
- e) não obstante, declara ainda sob pena da lei que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública nas esferas Municipais, Estaduais e/ou Federal

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente para um só efeito.

Local/Data:/...../.....

Nome do signatário
CPF nº: >>>

Observações: 1. Constituinte representante esta declaração deverá ser entregue pelo representante da proponente licitante, diretamente ao Pregoeiro Oficial do Município no ato do credenciamento, não constituindo representante esta declaração deverá ser anexada junto com a proposta de preços e enfeixada no envelope 02 – documentação habilitação, sob pena de inabilitação.



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos e correlatos, para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(.....) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Local/data..... de de

(Assinatura representante legal)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima. Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfilexada no envelope (02), sob pena de inabilitação



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos e correlatos para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECLARAÇÃO

A empresa.....(.... qualificar.....), através do seu signatário/representante legal.....(.....qualificar.....), abaixo assinado, “**Declara**” que não está sob efeito de nenhuma “declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública na esfera federal, estadual ou municipal, nos termos do Inciso IV, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico financeira. Não obstante, “**Declara**” ainda, que está ciente que a falsidade das informações fornecidas pode acarretar devolução dos recursos financeiros recebidos, acrescidos de juros e correção monetária, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.

Local/Data:de.....de

Assinatura do Declarante

Observação – esta declaração deverá ser colocado junto com a documentação habilitação e enfeixada no envelope nº 02, sob pena de inabilitação da proponente licitante



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTO PARA GOZAR DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023**

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos e correlatos para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

DECLARAÇÃO

A empresa (.....qualificar.....), através do seu representante abaixo assinado **“Declara”**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local/Data....., .. de de.....

Nome:>
CPF:>

Observação> Obriga-se à proponente licitante na qualidade de microempresa e ou empresa de pequeno porte, que manifestar interesse de fazer uso das prerrogativas da Lei Federal nº 123/06, na elaboração desta declaração, onde constituindo representante obriga-se a disponibiliza-la ao Pregoeiro no ato do credenciamento e não constituindo representante obriga-se anexá-la junto com a documentação de habilitação e enfeixa-la no envelope 02 – documentação de habilitação, sob pena de perda do direito do gozo do benefício da lei 123/06.



MODELO 01 - CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Japonvar
At. Pregoeiro Oficial do Município
JAPONVAR-MG

Prezada Senhora,

A empresa.....(qualificar)....., credencia o Sr. (.....qualificar.....) para representá-la em todos os atos e reuniões relativas à Licitação, inerente ao Processo Licitatório nº: 077/2023 – Pregão Presencial nº 022/2023, que tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual **“aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos e correlatos”** para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Não obstante certifica que o mesmo está autorizado a assinar atas, rubricar documentações e proposta comercial, assinar contratos e apresentar instrumento de interposição de recursos e contestações, receber intimações e notificações, desistir expressamente dos prazos recursais, enfim, praticar todos os atos necessários objeto do Processo Licitatório em referência.

Local/Data _____, ___ de _____ de 2023.

Assinatura do representante

Observação: Este documento só deverá ser emitido no caso do envio de representante devidamente credenciado, o qual deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro Oficial do Município, no ato da abertura do certame para fins credenciamento. Este modelo é exemplificativo e poderá ser substituído por qualquer sistema de procuração formal desde que tenha reconhecimento de firma do cedente.



MODELO 02 - PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

Local/Data; de de 2023.

À Prefeitura Municipal de Japonvar
Att. Pregoeiro Oficial do Município
JAPONVAR/MG

Prezada Senhora,

A Empresa(qualificar)....., através do seu procurador Sr.....(qualificar)..... declara que esta ciente dos ditames do instrumento licitação/edital e seus anexos, inerente ao Processo Licitatório n° 077/2023 – Pregão Presencial n° 022/2023 e, não obstante vem mui respeitosamente, apresentar proposta comercial de preços objetivando a eleição da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos e correlatos para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado abaixo e, em observância ao que prescreve conforme detalhado no anexo I – termo de referência e em conformidade com o detalhado no anexo II – minuta da Ata de Registro de Preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	MARCA	VR. UNIT.	VR. TOTAL
01						
02						
03						
04						

Valor global estimado R\$(.....)

Diante disto científico que nossa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua emissão e, caso seja declarada vencedora, nos comprometemos a assinar o instrumento contratual no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação feita pela Administração Municipal, como também declaro que nos preços acima estão inclusos todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e demais impostos, de forma a constituir única e total obrigação por conta do fornecimentos dos objetos nos preços descrito acima.

Sendo o quanto tinha(mos) para o momento, antecipo(amos) sinceros agradecimentos mui

Atenciosamente

Assinatura do Signatário ou Representante Legal

Atenção Licitante> Para formular sua proposta, deverá ser observado o detalhado o disposto no anexo I – termo de referência, devendo ser descrito os produtos com as respectivas marcas do fabricante, a falta da informação da marca do fabricante implica na desclassificação da proposta.



AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Japonvar, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666/93, torna público que fará realizar Licitação na forma que segue:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, produtos de higiene, utensílios domésticos e correlatos para atender as necessidades das Secretarias deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Por Preço Unitário por item

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 01/08/2023 até as 08h00m – horário de Brasília

SESSÃO DE JULGAMENTO: No dia 01/08/2023 as 08h10m – horário de Brasília

Maiores informações, sobre o instrumento convocatório/edital e anexos, deverão ser encaminhadas via e-mail para japonvarlicitacao@gmail.com e as respostas serão dadas via e-mail pelo departamento de licitação e serão publicadas ainda no site oficial do Município www.japonvar.mg.gov.br. Recomenda-se o acompanhamento das publicações inseridas no site oficial do Município de Japonvar.

Japonvar/MG, 19 de julho de 2023.

Rodrigo Pinto dos Reis
Pregoeiro Oficial do Município
Portaria nº 003 de 02/01/2023